

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC CURSO DE
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IVO FERREIRA DA SILVA NETO

A REFORMA PROTESTANTE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS
SÉCULOS XVI E XVII: A CONSTRUÇÃO DOS TRATADOS DE AUGSBURGO E
VESTFÁLIA.

RECIFE

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ivo Ferreira da Silva Neto

**A REFORMA PROTESTANTE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS
SÉCULOS XVI E XVII: A CONSTRUÇÃO DOS TRATADOS DE AUGSBURGO E
VESTFÁLIA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.

Recife

2020

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

S586r Silva Neto, Ivo Ferreira da.
A Reforma Protestante e as Relações Internacionais dos séculos XVI e XVII: a construção dos Tratados de Augsburg e Vestfália / Ivo Ferreira da Silva Neto. – Recife, 2020.
52 f.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Reforma Protestante. 2. Tratado de Augsburg. 3. Tratado de Vestfália. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.1-617)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IVO FERREIRA DA SILVA NETO

**A REFORMA PROTESTANTE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS
SÉCULOS XVI E XVII: A CONSTRUÇÃO DOS TRATADOS DE AUGSBURGO E
VESTFÁLIA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para o curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.

Aprovada em __/__/____

BANCA EXAMINADORA

(Profa. Ms Jeanete Magalhães Viegas)

(Profa. Dra. Anna Carletti)

(Prof Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares)

Recife

2020

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Reforma Protestante e as relações internacionais durante os séculos XVI e XVII, bem como a construção dos tratados de Augsburg (1555) e Vestfália (1648). O objetivo principal foi analisar os desdobramentos da Reforma protestante, o pensamento político do movimento, e sua participação no cenário internacional da época abordada. O trabalho também analisa os objetivos dos príncipes e lideranças de Estado, que se aproveitaram do movimento religioso para executar seus planos ambiciosos de acumulação de riquezas e poder, frente ao Sacro Império Romano e a Igreja católica. É exatamente neste cenário, que o presente estudo busca compreender os impactos causados pelo movimento reformador, as disputas religiosas que promovem severas guerras, e a atuação do movimento como vetor para construção de tratados de paz na Europa. E por último, observar como ficaram estabelecidas as relações entre os países Europeus após os conflitos e a assinatura da Paz de Augsburg e a Paz Vestfália.

Palavras-chave: Reforma Protestante. Tratado de Augsburg. Tratado de Vestfália.

ABSTRACT

The present work deals with the Protestant Reformation and international relations during the XVI and XVII centuries, as well as the construction of the treaties of Augsburg (1555) and Westphalia (1648). The main objective was to analyze the developments of the Protestant Reformation, the political thinking of the movement, and its participation in the international scenario of the period addressed. The work also analyzes the objectives of the princes and leaders of State, who took advantage from the religious movement to carry out their ambitious plans to accumulate wealth and power, over the face of the Holy Roman Empire and the Catholic Church. It is precisely in this scenario that the present study aims to understand the impacts caused by the reform movement, the religious disputes that promote severe wars, and the movement's role as a vector for the construction of peace treaties in Europe. And finally, observe how the relations between European countries were established after the conflicts and the signing of the Augsburg and Westphalia Peace.

Keywords: Protestant Reformation. Augsburg Treaty. Westphalia Treaty.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de adquirir mais conhecimento durante a minha jornada aqui na terra.

Agradeço aos meus pais, Ivson Roberto Alves da Silva e Giane Ferreira da Silva, por terem me ensinado princípios e valores que me fizeram chegar até esse momento.

Agradeço ao meu irmão, Ivson Roberto Alves da Silva Junior, que foi meu parceiro desde o início dos meus estudos, sendo meu colega de classe, do ensino infantil até a conclusão do ensino médio.

Agradeço a Faculdade Damas da Instrução Cristã e seus docentes pelo empenho e comprometimento com a minha formação acadêmica.

Aos meus grandes amigos do curso de Relações Internações, Caio Barbosa, Drielle Holanda, Marianna Fernandes, Rafael Paranhos, Thamyres Monteiro, Wesley Felipe e William César, obrigado por cada momento compartilhado dentro e fora da faculdade, vocês foram muito importantes nessa trajetória.

Um agradecimento especial a minha esposa, Sara Ramos de Lima por me incentivar a ingressar no curso, me incentivando durante cada etapa e por ser a minha maior inspiração.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente nessa jornada, meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2. A GÊNESE DO MOVIMENTO REFORMADOR	11
2.1. A Teoria Construtivista	17
2.2. O Conceito de anarquia no contexto da Reforma luterana	19
3. A INFLUÊNCIA DA REFORMA PROTESTANTE.....	22
3.1. O pensamento político da Reforma.....	23
3.2. A Revolução dos Príncipes	29
4. A REFORMA PROTESTANTE E OS TRATADOS DE AUGSBURGO E VESTFÁLIA	33
4.1 Antecedentes do Tratado de Augsburg.....	33
4.2 Termos do Tratado de Augsburg	39
4.3 Efeitos do Tratado de Augsburg.....	41
4.4 Tratado de Vestfália	42
4.5 Antecedentes e termos do Tratado de Vestfália	43
4.6 Efeitos do Tratado de Vestfália	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6. REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Por volta do início do século XVI, era notório para todos que a igreja na Europa ocidental precisava urgentemente de uma “reforma na cabeça e nos membros” que tanto resumia o problema, quanto indicava uma solução possível. Muitos achavam que o sangue da igreja tinha parado de correr por suas veias. O sistema legal da igreja precisava muito de uma reestruturação, e a burocracia eclesiástica tinha se tornado evidentemente ineficiente e corrupta. A moral do clero era geralmente fraca e uma fonte de escândalos para suas congregações.

A Reforma era um desejado sonho impossível dos intelectuais espelhados por metade da Europa. No entanto, os papas da Renascença pareciam mais interessados em questões seculares do que espirituais, e no seu esforço conjunto, alcançaram um nível sem precedentes de avareza, corrupção, imoralidade e poder político extremamente malsucedido. Para observadores críticos como Martinho Lutero em Wittenberg e João Calvino em Genebra, a igreja tinha perdido contato com sua herança intelectual e espiritual. Era o momento de retornar à essência do cristianismo apostólico do século 1º. Porém, o triste estado da igreja no início do século XVI, era simplesmente um sintoma de uma doença profundamente enraizada em seu âmago.

Mas quem poderia promover está reforma na igreja? No fim da primeira década do século XVI, uma mudança fundamental de poder na Europa estava concluída. O poder do papa havia diminuído na medida em que o poder dos governantes europeus seculares havia crescido. Portanto, é importante analisar o modo como os reformadores protestantes se aliaram aos poderes regionais ou civis, com o intuito de efetivarem seu programa de reformas. Desta forma, dando início a uma série de movimentos reformadores, Lutero começa a se articular, com a intenção de conseguir apoio para tal movimento, junto à nobreza alemã, e Zuínglio ao conselho da cidade de Zurique, ressaltando os benefícios que adviriam a ambos os lados como consequência (MCGRATH, 2014).

A Reforma continental prosseguiu por meio de uma aliança simbiótica entre os reformadores e as autoridades civis ou o Estado, cada um crendo que a Reforma resultante seria para benefício mútuo deles. Os reformadores não estavam excessivamente preocupados de que estivessem dando autoridade adicional aos

governantes seculares por meio de suas teorias do papel do Estado ou do “príncipe piedoso”: o mais importante era que os governantes seculares apoiassem a causa da Reforma, mesmo se suas razões ao fazer isso não fossem inteiramente honestas e louváveis.

Lutero e os demais reformadores eram pragmáticos, pessoas preparadas para permitir grande ganho aos governantes seculares, desde que a causa da Reforma progredisse. De modo muito semelhante, é claro, os oponentes da Reforma não hesitariam em recorrer às autoridades seculares, que achavam que seus interesses seriam mais bem protegidos se o *status quo* religioso fosse mantido. Portanto, a Reforma alcançou dimensões políticas e sociais, sendo vista pelas autoridades seculares do norte da Europa, como uma oportunidade de arrebatrar o poder da igreja, mesmo ao custo de se comprometerem assim com uma nova ordem religiosa.

Diante do contexto desenhado e dois lados estabelecidos, foi natural surgirem conflitos religiosos e conseqüentemente entre o Sacro Império Romano e os príncipes alemães, gerando assim guerras sangrentas como: a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Com um cenário extremamente conflituoso, e a necessidade de chegar a um acordo de paz, é construído dois importantes tratados, Augsburgo (1555) e Vestfália (1648), que selariam a paz religiosa e promoveriam mudanças territoriais, políticas, culturais e sociais entre os Estados envolvidos nos inúmeros conflitos (BOBBITT, 2003).

Mediante ao contexto apresentado, é abordado neste trabalho a análise do movimento reformador, bem como a sua importância como vetor que promove as transformações nas relações internacionais dos séculos XVI e XVII, a partir da tentativa dos governos europeus seculares, em específico da Alemanha, em sair da zona de influência do Sacro Império Romano e conseqüentemente secularizar as riquezas eclesiásticas existentes em seu território.

Torna-se fundamental, também, uma análise do contexto histórico em que o movimento reformador está inserido, contemplando-se os tratados de Augsburgo e Vestefália, e refletindo acerca da base política vigente, da configuração de poder, e do cenário internacional. Outro fator a ser abordado é a atuação do movimento reformador como poder político organizado, utilizado pelos príncipes tanto para viabilizar seus planos ambiciosos, tanto como mediador em busca de uma paz nas

guerras ocasionados por lideranças católicas e protestantes. Por último, faz-se necessária uma compreensão a partir do prisma da ciência das relações internacionais, sobre o contexto histórico da busca dos príncipes e lideranças de Estado que tinha entre seus objetivos, tornarem-se independentes dos domínios do Sacro Império Romano durante o final do século XVI e início do século XVII, a partir da ótica construtivista e da análise de Alexander Wendt acerca da anarquia, e da construção da realidade.

A metodologia que será utilizada se pautará na pesquisa bibliográfica de caráter secundário, a partir da análise de fenômenos *ex-postfacto*, sendo utilizada a vasta bibliografia referente ao contexto histórico delimitado, bem como documentos históricos, como os tratados contemplados (que se constituem como exemplos para compreensão do assunto), e também de periódicos, sites e artigos de caráter histórico-cultural, buscando-se sempre constituir uma relação entre o contexto histórico analisado e a teoria construtivista de Alexander Wendt, a partir da lógica de anarquia como construto social. A abordagem do projeto se constituirá pela pesquisa qualitativa, onde se busca analisar os objetivos especificados a partir do aprofundamento de dados não-mensuráveis, possibilitando a reflexão dos fatores objetivados no trabalho, tais como a compreensão da base político-social vigente, da configuração de poder, e do cenário internacional, bem como, a análise do papel da Reforma protestante e da religião como vetores para aquisição de poder.

O estudo da história das relações internacionais se apresenta como uma área de suma importância, ao passo que é através da sua análise que se torna possível o entendimento da formação da mentalidade política, econômica e sociocultural contemporâneas. Dessa forma, o estudo da Reforma protestante se faz fundamental, a medida que tal fenômeno influenciou diretamente na consolidação do estado moderno contemporâneo.

Contudo, se torna necessário a análise dos tratados de Augsburgo e Vestfália, pois ambos se caracterizaram como dois tratados que redesenharam a perspectiva de poder e da distribuição do mesmo, no final do século XVI e início do século XVII. O entendimento do contexto histórico de tais tratados, dos antecedentes e da performance do movimento reformador como fator causador de diversas mudanças nas relações entre os governantes e gerador de grandes conflitos, se faz de extrema

importância no entendimento das transformações e novas configurações de poder do período histórico analisado.

Nesse sentido, a monografia se divide em três capítulos. No primeiro capítulo tivemos o cuidado de expor os fatores responsáveis pela gênese do movimento reformador, tendo um foco voltado mais para reforma luterana, a partir dos conceitos de anarquia internacional e da ótica construtivista. Já no segundo capítulo, apresentamos a influência da Reforma protestante e o pensamento político que ela carregava durante os períodos delimitados, exercendo um papel importante para legitimar a luta dos príncipes alemães contra o Império e também na constituição de ambos os tratados que selariam a paz no continente europeu e enfraqueceria a Igreja católica, juntamente com o Sacro Império Romano.

E por fim, já no terceiro capítulo, foi abordado os antecedentes dos dois tratados contemplados no presente trabalho, bem como a atuação do movimento reformador que permeia a luta dos príncipes protestantes contra o Sacro Império Romano e os impactos causados pela celebração dos tratados citados.

2. A GÊNESE DO MOVIMENTO REFORMADOR

O movimento de reforma religiosa deve ser compreendido dentro de um quadro maior de transformações que caracterizam uma modificação importante nas relações entre os chefes de Estado. Durante a Baixa Idade Média, a Europa passou por um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas, que permitiram a uma nova sociedade questionar o comportamento do clero e a doutrina da Igreja.

No início do século XVI, o Papa Leão X¹ (1475-1521) visava dar continuidade a reformar da Basílica de São Pedro, com o intuito de a partir dessa obra, estabelecer em Roma o centro da cristandade. Buscando angariar recursos para tal reforma, o Papa Leão X vai aplicar a venda de indulgências, ou seja, as pessoas interessadas em obter o perdão divino por algum pecado cometido, contribuiriam com algum valor para custear a reforma da basílica. Porém, essa prática acabara se tornando intensiva por parte de algumas lideranças católicas, destacando-se o caso de Johann Tetzel² (1465-1519), frade dominicano, que iniciaria um trabalho intensivo voltado para venda de indulgências de forma incisiva (COLLINSON, 2003).

Esse episódio acaba se tornando mais um promovido pela liderança católica, gerando assim um descontentamento e início de questionamentos por parte do povo, que via a Igreja Católica usar do seu poder e influência em prol de seus objetivos, passando por cima até de princípios estabelecidos por ela própria. Entretanto, esses questionamentos não ficaram apenas em âmbito popular, e foi de dentro da Igreja Católica que surge a figura de Martinho Lutero (1483-1546), monge católico que já demonstrava sua insatisfação referente a alguns posicionamentos da Igreja Católica, como por exemplo, o ingresso de membros no Clero, que para Lutero acabou sendo banalizado, pois a medida que o

¹ Leão X, nascido João de Lourenço de Médici (em italiano: Giovanni di Lorenzo de Medici); (Florença, 11 de dezembro de 1475 – Roma, 1 de dezembro de 1521) foi papa de 1513 até sua morte. Ele foi o último não sacerdote a ser eleito Papa.

² Johann Tetzel (1465 - 11 de agosto 1519) nasceu em Pirna, Saxônia, e estudou teologia e filosofia na Universidade de Leipzig. Ele entrou na ordem Dominicana, em 1489, alcançou algum sucesso como pregador, e foi em 1502, comissionado por Giovanni cardeal de Medici, (que seria mais tarde, o Papa Leão X), para pregar a indulgência cristã, o que ele fez ao longo de sua vida. Em 1509, exerceu a função de inquisidor da Polónia e, em 1517, o Papa Leão X o fez comissário de indulgências para toda a Alemanha.

interessado possuísse grandes riquezas, isso já o credenciava a compor o Clero da época. A questão referente às indulgências embasa ainda mais os argumentos de Lutero, que entendia que através desses posicionamentos, a Igreja Católica estava se tornando muito materialista e se afastando cada vez mais dos princípios espirituais (SKINNER, 1996).

Na tentativa de modificar essa visão estabelecida pela instituição religiosa a qual Lutero era membro, ele começou a tecer críticas, com a esperança de que no âmbito interno pudesse promover o resgate dos princípios que foram deixados de lado em busca de interesses financeiros. No entanto, Lutero percebe que não tem força para alterar os métodos adotados pela liderança católica em seu âmbito interno, e é nesse momento que ele decide externar sua indignação escrevendo as 95 teses³ e pregando essa lista na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha. Esse ato a priori não é caracterizado como uma ação rebelde, tendo em vista que naquela época, por conta da ausência de grandes meios de comunicação, usava-se as portas das Igrejas e Universidades para anunciar eventos, compartilhar informações ou convocar a população para debates acadêmicos, e esse último caso era o propósito das 95 teses (COLLISON, 2003).

As Teses foram rapidamente reimpressas, traduzidas e distribuídas por toda a Alemanha e a Europa. Iniciou-se então uma guerra panfletária⁴ com o pregador de indulgências Johann Tetzel, contribuindo para a difusão da fama de Lutero. Os superiores eclesiásticos de Lutero o julgaram de herege, o que culminou na sua excomunhão em 1521. Embora a publicação das Teses seja o início da Reforma Protestante, Lutero não considerava as indulgências tão importantes como outras questões teológicas que dividiriam a igreja, como a

³ As 95 Teses ou Disputação do Doutor Martinho Lutero sobre o Poder e Eficácia das Indulgências. É uma lista de proposições para uma disputa acadêmica escrita em 1517 por Martinho Lutero, professor de teologia moral da Universidade de Wittenberg, Alemanha, as quais iniciaram a Reforma Protestante, uma cisma da Igreja Católica que mudou profundamente a Europa. Tais teses discorrem sobre as posições de Lutero contra o que ele viu como práticas abusivas por pregadores que realizavam a venda de indulgências, que tinham por finalidade reduzir a punição temporal de pecados cometidos pelos próprios compradores ou por algum de seus entes queridos no purgatório.

⁴ As guerras panfletárias referem-se a qualquer argumento prolongado ou discussão através de meio impresso. O objetivo era defender ou atacar uma determinada perspectiva ou ideia. Guerras panfletárias ocorreram várias vezes ao longo da história, como plataformas sociais e políticas. As guerras panfletárias tornaram-se plataformas viáveis para essa discussão prolongada com o advento e propagação da imprensa. Prensas de impressão baratas e alfabetização aumentaram no final do século XVII, fazendo este um passo decisivo para o desenvolvimento das guerras panfletárias, período de prolífico uso desse tipo de debate. Mais de 2200 folhetos foram publicados entre 1600-1715.

justificação pela fé e o livre arbítrio. Sua descoberta acerca destas questões viria mais tarde, sendo que ele não via a escrita das Teses como o ponto em que suas crenças divergiram daquelas da Igreja Católica (MCGRATH, 2014).

As tensões voltadas a esse tema começam a aumentar quando em 31 de outubro de 1517, Lutero envia uma carta para o Arcebispo de Mainz, Alberto de Mainz (1490-1545), sob cuja autoridade as indulgências estavam sendo vendidas. Na carta, Lutero se dirige ao arcebispo por um leal desejo de alertá-lo para os problemas pastorais criados pelos sermões de indulgência. Ele assume que Alberto não possui conhecimento do que está sendo pregado sob sua autoridade e fala com preocupação que o povo está sendo levado para longe do evangelho, e que os pregadores de indulgência podem trazer vergonha ao nome de Alberto (SKINNER, 1996).

Ele não condena as indulgências, ou a doutrina atual sobre tais, nem mesmo os sermões que tinham sido pregados por eles, já que Lutero não os tinha visto em primeira mão. Ao invés disso, ele afirma sua preocupação com os mal-entendidos do povo sobre as indulgências, que acabaram sendo fomentadas pela pregação, como a crença de que qualquer pecado poderia ser perdoado através das indulgências, ou que a culpa, bem como a punição pelo pecado, poderiam ser perdoados por uma indulgência. Em um pós-escrito, Lutero escreveu que Alberto poderia encontrar algumas teses sobre o assunto anexadas com sua carta, de modo que ele pudesse ver a incerteza em torno da doutrina das indulgências, em contraste com os pregadores que explanavam tão confiantes os benefícios das indulgências (DAWSON, 2014).

A partir desse ato de Lutero, as 95 teses tornam-se bem conhecidas entre a elite intelectual de Wittenberg. As Teses foram copiadas e distribuídas para as partes interessadas logo após Lutero enviar a carta para o Arcebispo Alberto. As versões em latim foram impressas em um panfleto de quatro páginas na Basileia, e em formato de cartaz em Leipzig e Nuremberg. Ao todo, estima-se que centenas de cópias das Teses em latim foram impressas na Alemanha, em 1517. O responsável por traduzir o material para a língua alemã, na cidade de Nuremberg

foi Kaspar Nützel⁵ (1471-1529), e as cópias desta tradução, foram enviadas para as localidades do país que possuíam interesse em ler o material, mas não sendo estas necessariamente impressas (MCGRATH, 2014).

Ao receber a carta e as Teses, o Arcebispo Alberto de Mainz, analisou o conteúdo e pediu a opinião dos teólogos na Universidade de Mainz, e conferiu com seus conselheiros. Estes, todavia, recomendaram que ele proibisse Lutero de pregar contra as indulgências, devido aos disparates sobre as indulgências e as normas vigentes na época, e sendo assim, Alberto pediu tal ação na Santa Sé⁶. Em Roma, Lutero foi imediatamente percebido como uma ameaça. Em fevereiro de 1518, o Papa Leão X solicitou ao chefe dos eremitas agostinianos, a ordem religiosa de Lutero, para convencê-lo a parar de difundir suas ideias sobre indulgências. Silvestro Mazzolini (1456-1523), teólogo italiano, também foi nomeado para escrever uma opinião que seria usada em um julgamento contra Lutero. Mazzolini então redigiu *Um Diálogo contra as Teses Presuntivas de Martinho Lutero sobre o Poder do Papa*, que se concentrou no questionamento de Lutero sobre a autoridade do Papa, sem citar as suas queixas sobre a pregação das indulgências (DAWSON, 2014).

Lutero recebeu uma convocação para Roma, em agosto de 1518. Ele respondeu com *Explicações da Disputa sobre o Valor das Indulgências*, obra na qual ele tentou se esclarecer da acusação de que estava atacando o Papa. Ao apresentar suas opiniões mais abertamente, Lutero parece ter reconhecido que as implicações de suas crenças o afastavam do ensino oficial do que inicialmente sabia. Ele disse mais tarde que talvez não tivesse iniciado a controvérsia se soubesse até onde esta o conduziria. As Explicações foram conhecidas como a primeira obra da Reforma Protestante de Lutero (COLLINSON, 2003).

Johann Tetzel respondeu as Teses, solicitando que Lutero fosse queimado por praticar heresia, e que o teólogo católico, Konrad Wimpina (1465-1531),

⁵ Kaspar Nützel (1471-1529) foi um político Alemão e Vereador da cidade de Nuremberg. Ele pertencia à Sociedade Literária Germânica e foi um dos primeiros defensores dos ensinamentos de Martinho Lutero.

⁶ A Santa Fé, também chamada de Sé Apostólica, é a jurisdição eclesiástica da Igreja Católica em Roma, sendo uma entidade soberana independente. Do ponto de vista legal, é distinta do Vaticano, ou mais precisamente do Estado da Cidade do Vaticano.

escrevesse 106 teses contra a obra de Lutero. Tetzl defendeu estas em uma disputa perante a Universidade Europeia Viadrina, em janeiro de 1518. Cerca de 800 exemplares da disputa impressa foram enviados para serem vendidos em Wittenberg, mas estudantes da Universidade as pegaram do livreiro e as queimaram. Lutero ficou cada vez mais temeroso de que a situação estivesse fora de controle e que ele estaria em perigo. Para aplacar seus oponentes, ele publicou *Um Sermão Sobre a Indulgência e a Graça* que não desafiou a autoridade do papa. Este panfleto escrito em alemão, era muito curto e de fácil compreensão para os leigos (MCGRATH, 2014). Sendo este o primeiro trabalho bem-sucedido de Lutero, acabou por ser reimpresso vinte vezes. Tetzl respondeu com uma refutação ponto-a-ponto, citando fortemente a Bíblia e teólogos importantes, porém, seu panfleto não era tão popular quanto o de Lutero. A resposta de Lutero ao panfleto de Tetzl por outro lado, foi outro sucesso de publicação.

Outro crítico proeminente das Teses foi João Maier⁷ (1486-1543), amigo de Lutero e teólogo da Universidade de Ingolstadt. Maier escreveu uma refutação, destinada ao bispo de Eichstätt (1426-1496), intitulada *Os Obeliscos*. O nome foi utilizado em referência aos obeliscos usados para marcar passagens heréticas em textos na Idade Média, sendo este, um ataque pessoal áspero e inesperado, acusando Lutero de heresia e estupidez. Lutero respondeu em privado com *Os Asteriscos*, intitulado após as marcas de asteriscos usadas para destacar textos importantes. A resposta de Lutero foi violenta e expressou a opinião que Maier não compreendeu a matéria que ele escreveu. A disputa entre Lutero e Maier tornar-se-ia pública no debate de Leipzig em 1519 (GEORGE e LINDBERG, 2017).

Lutero foi convocado pela autoridade do papa para defender-se contra as acusações de heresia, de Tomás Caetano⁸ (1469-1534), em Augsburg, em outubro de 1518. Caetano, porém, não permitiu que Lutero discutisse com ele sobre suas supostas heresias, mas identificou dois pontos de controvérsia. A

⁷ João Maier (13 de novembro de 1486 - Ingolstadt, 13 de fevereiro 1543) foi um teólogo católico, vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt. Defensor do catolicismo e adversário de Martinho Lutero. Refutou as suas teses na obra *Obelisco* e com ele debateu por três semanas na célebre disputa de Leipzig.

⁸ Tommaso De Vio, conhecido como Caetano (1469-1534) foi um frade dominicano, exegeta, filósofo, teólogo e cardeal italiano.

primeira foi contra a tese 58, que afirmava que o papa não poderia usar o tesouro do mérito, com o objetivo de perdoar a punição temporal do pecado. Isto contradiz a bula pontifícia Unigênito, promulgada por Clemente VI⁹ (1291-1352), em 1343. O segundo ponto, era saber se alguém poderia ter certeza, de que tinha sido verdadeiramente perdoado, quando seus pecados foram absolvidos por um padre. As Explicações de Lutero sobre a tese sete, afirmam que poderia basear-se na promessa de Deus, mas Caetano argumentou que o humilde cristão nunca deve presumir estar certo de sua posição perante Deus. Lutero se recusou a retrair-se e pediu que o caso fosse revisado por teólogos universitários. Este pedido foi negado e acabou deixando a situação de Lutero ainda mais delicada frente a Igreja Católica (GEORGE e LINDBERG, 2017).

Temendo o avanço das ideias difundidas por Lutero, o Imperador Carlos V¹⁰ (1500-1558) deu início aos trabalhos da Dieta de Worms¹¹, em 23 de janeiro de 1521. Esperava-se de Lutero que ele abjurasse ou reafirmasse suas ideias. Quando ele apareceu diante da assembleia, em 16 de abril, João Maier¹², um assistente de Richard von Greiffenklau zu Vollrads (1467-1561), príncipe-arcebispo de Tréveris, atuou como porta-voz do imperador (SKINNER, 1996).

Os principais eventos relativos a Lutero na Dieta Worms, ocorreram entre 16 e 18 de abril de 1521. No dia 16, Lutero é convocado a comparecer na assembleia, e tem como advogado Jerome Schurff (1481-1554), um professor de direito canônico da Universidade de Wittenberg. No dia 17, ele é indagado a respeito das obras que produziu, entre elas as 95 teses. Logo em seguida, Lutero foi novamente instado a responder. Ele pediu mais tempo para formular uma resposta apropriada e recebeu ordem de comparecer novamente no dia seguinte no mesmo horário (SKINNER, 1996).

⁹ Clemente VI nascido Pierre Roger, O.S.B., (1291-1352) foi Papa (o quarto do Papado de Avinhão) e teve o seu pontificado de 7 de maio de 1342 até à data da sua morte. Era Monge Beneditino

¹⁰ Foi o Imperador Romano-Germânico a partir de 1519 e Rei da Espanha como Carlos I de 1516 até sua abdicação em favor de seu irmão mais novo Fernando I no império e seu filho Filipe II na Espanha.

¹¹ A Dieta de Worms de 1521, foi uma assembleia do Sacro Império Romano Germânico realizada em Worms, que na época era uma cidade livre do império. Este tipo de assembleia era um órgão deliberativo formal e suas decisões valiam para todo o império. Seu resultado mais importante e memorável foi o Édito de Worms, que endereçou especificamente as ideias de Martinho Lutero e os efeitos da Reforma Protestante.

Em 18 de abril, Lutero retorna à assembleia, as perguntas são refeitas e ele mantém seu posicionamento acerca das obras que escrevera. Mediante a este posicionamento de Lutero, é gerado o Édito de Worms, decreto outorgado em 26 de maio de 1521, pelo imperador Carlos V, que declarou criminosos todos os que, seja por atos ou palavras, defendessem, sustentassem ou favorecessem o que foi dito por Martinho Lutero. O édito determinou ainda que Lutero fosse preso e levado até o imperador, para ser punido como herege e estipulou uma generosa recompensa aos que ajudassem neste intento (DAWSON, 2014).

Esta decisão foi ápice do conflito crescente entre Martinho Lutero e a Igreja Católica, sobre as reformas propostas por ele. Apesar de ter recebido promessas de que poderia voltar para casa em segurança, Lutero sabia que seria preso e punido. Para protegê-lo desse destino, o príncipe Frederico¹³ (1463-1525) o capturou durante sua viagem de volta a Wittenberg, e o escondeu no Castelo de Wartburg. Foi neste período que Lutero começou sua famosa tradução da Bíblia para o alemão (COLLINSON, 2003).

Portanto, é dentro deste contexto, que surge a abordagem do nosso primeiro capítulo, que busca analisar através do prisma da teoria construtivista, o fenômeno da Reforma Protestante, destacando o conceito de anarquia desenvolvido por Alexander Wendt.

2.1. A Teoria Construtivista

A teoria construtivista está inserida no terceiro debate das teorias das relações internacionais, e é considerada por alguns teóricos, como uma teoria de via média, servindo assim de ponte entre as correntes Positivista e Pós Positivista. O construtivismo apareceu pela primeira vez no campo das relações internacionais em 1989, com o livro de Nicholas Onuf “*World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*”.

De acordo com Adler (1999), o construtivismo pode ser dividido em diversas vertentes, como já visto anteriormente. Em uma dessas divisões, Emanuel Adler propõe a divisão do construtivismo em quatro setores/grupos diferentes: Os

¹³ Frederico III, também conhecido como Frederico, o Sábio, (1463-1525) foi o Príncipe-eleitor da Saxônia entre 1486 e 1525.

modernistas, que acreditam que uma vez evitado o extremismo ontológico, não há razão para se excluir o uso de métodos padronizados ao lado de interpretativos, como expoentes temos o próprio autor Emanuel Adler e Alexander Wendt. O segundo grupo é representado por Onuf e Kratochwil, utilizam insights da lei e da jurisprudência internacional, para mostrar o impacto das relações internacionais, nos modos de raciocínio e persuasão, e no comportamento guiado por regras. O terceiro grupo enfatiza o conhecimento narrativo, dando uma atenção particular às narrativas baseadas em gênero (TICKNER, 1992), ações de agentes tais como movimentos sociais e o desenvolvimento dos interesses de segurança (RUGGIE, 1995 e WEAVER, 1995).

Por fim, alguns estudiosos do quarto grupo utilizam o método genealógico de Foucault (PRICE, 1995); outros se engajaram na “desconstrução da soberania” (BIERSTEKER e WEBER, 1996), por meio de uma história detalhada da deslegitimação de políticas não ocidentais por Estados ocidentais.

Apesar das diversas vertentes, o foco das diversas teorias construtivistas está na construção social da política internacional. Para os construtivistas a realidade é socialmente construída, as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais, e as identidades e os interesses dos atores são construídos por aquelas ideias compartilhadas. Isso basicamente implica que as ideias e normas possuem um papel crucial na constituição tanto da realidade e dos agentes, quanto na definição de identidades e interesses. Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída, também, por esses atores no processo de interação (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Porém foi a abordagem trazida por Alexander Wendt que ajudou a popularizar a teoria construtivista a partir da publicação de suas duas principais colaborações em 1992 e em 1999, sendo respectivamente o artigo *Anarchy is What States Make of It* e o livro *Social Theory of International Politics*. Esse último se destaca como uma obra exemplar, combinando realismo científico, holismo e idealismo. Essa combinação se apresenta como uma vertente moderada do construtivismo, distanciando-se de formas mais extremistas de idealismo e também de versões essencialmente materialistas. Wendt dessa forma pode ser considerado um idealista.

Segundo Wendt (1999), o poder e os interesses são de extrema importância para a explicação de fenômenos no âmbito internacional, contudo os significados atribuídos pelos atores, a esses fatores são muito mais significativos. O poder para Wendt (1999) é constituído por meio de ideais e contextos culturais. Esses contextos culturais podem ser entendidos, no nível sistêmico, como ideais compartilhados que formam normas, instituições e outras estruturas que constituem o significado da distribuição de poder.

De acordo com as ideias e análises apresentadas sobre a corrente construtivista de Wendt, podemos utilizá-la como referencial do presente estudo. A necessidade de explicar a transformação na estrutura social, na dinâmica entre católicos e protestantes, no relacionamento entre os príncipes e governantes europeus e principalmente na construção dos tratados de Augsburgo e Vestfália, que causaram um impacto nas relações entre as nações europeias durante o final do século XVI e início do século XVII.

2.2. O Conceito de anarquia no contexto da Reforma luterana

O processo de centralização monárquica ganhava força na Europa durante o século XVI, e esse contexto faz jus a leitura construtivista, que indica que os Estados se apresentam como centrais na política internacional, e suas ações não podem ser analisadas em função da estrutura na qual se encontram inseridos, estrutura essa, marcada pela anarquia, compreendida enquanto a ausência de uma autoridade centralizada (WENDT, 1999).

Segundo Wendt (1999), vivemos em um mundo de Estados, mesmo que não signifique que apenas eles sejam os atores. Para ele, ao ignorar este fato a teoria estaria sendo construída por outro assunto que não as relações internacionais. O autor também afirmou que a identidade de um país precede os seus interesses e nenhum dos dois são predeterminados.

Vale salientar também, que Wendt deixa claro que às relações internacionais demonstram a importância dos agentes, no mesmo nível das estruturas quando revelam a sua discussão sobre culturas de anarquia. Portanto Wendt (1999) apresenta três lógicas possíveis para a anarquia: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana, ou anarquia entre inimigos, rivais e amigos, respectivamente.

Contudo, como apresentado por Wendt (1999), representar as possibilidades

de estruturas anárquicas enquanto culturas, não é suficiente para demonstrar como elas influenciam na construção dos seus agentes, ou seja, os Estados. Dessa forma, é preciso igualmente analisar, os motivos pelos quais os atores são levados a observar normas de estruturas, das quais fazem parte, como força, autointeresse e legitimidade. O que está em jogo é nada mais que o grau de internalização da norma.

Dessa maneira, é preciso primeiramente analisar as características anárquicas de cada sistema estrutural, para posteriormente caracterizar o cenário da Reforma protestante e a oportunidade que as monarquias nacionais enxergaram através deste movimento, para se tornarem Estados absolutistas.

Na cultura anárquica hobbesiana, os estados possuem conhecimento compartilhado em três aspectos: como promover a guerra, como usar da coerção e como fazer uso de balanças de poder para dissipar eventuais ameaças. Nessa cultura, predominaria o papel de inimizade, onde a postura do Eu em relação ao Outro, se firma na possibilidade de uso ilimitado da violência, ou da força física, levando em consideração que o Outro é caracterizado como uma ameaça permanente. Ao passo que os inimigos são constituídos por representações do Outro, como um ator que não reconhece o direito do Eu de existir, como um ser autônomo e, portanto, não irá voluntariamente limitar sua violência contra o Eu (WENDT, 1999, pp 260).

Na anarquia lockeana, a violência entre o Eu e Outro ainda são responsáveis pela constituição dos agentes. Todavia, há uma certa expectativa entre os estados no que tange às suas ações, ao passo que essas ações possam respeitar a soberania dos demais estados, tomando a vida e a liberdade como princípios e direitos. O direito a propriedade também seria minimamente respeitado, em razão da fundamentação territorial da soberania estatal (WENDT: 1999, 279). Contudo, isso não significa a renúncia do uso da força física na resolução de controvérsias internacionais.

Argumentando-se que os estados possuem direitos, mesmo que sendo limitados, é o mesmo que reconhecer que, dentro da lógica da cultura lockeana, há uma relativa autorrestrição por parte do outro, levando em consideração seu consentimento relativo a certos poderes inerentes ao outro. Dessa forma, quando aplicado semelhante lógica ao conceito de soberania, cria-se um cenário mais

propício para o desenvolvimento do direito internacional, possibilitando acordos, tratados e mediações entre o eu e o outro.

Por fim, Wendt trabalha em cima da cultura kantiana, marcada pela amizade. Logo de início, Wendt mostra certo ceticismo quanto à noção presente em *A Paz Perpétua*, segundo a qual a única forma de se chegar a uma liga de paz entre as nações, seria por meio de estados republicanos. Dessa forma, com o intuito de não gerar interpretações equivocadas de sua obra, principalmente no que tange ao conceito de amizade entre os estados, não estipulando que sua teoria seja inocente e “idealista”, no que se trata da política internacional, antes de tudo se apresenta como uma teoria normativa e descritiva, Wendt busca estabelecer o que entende por amizade, já que o conceito de amizade em si, aparece pouquíssimas vezes, se comparado ao uso do termo inimigo nas análises de relações internacionais.

De acordo com a exposição de cada cultura anárquica e suas internalizações, a cultura que se encaixa com o cenário apresentado pela Reforma protestante e a busca pela centralização de poder dos estados europeus, é a lockeana. A manutenção dos interesses das monarquias nacionais em se desvencilhar da Igreja Católica, e a oportunidade de cada reino e principado, escolherem sua própria religião, se torna um “atalho” para as lideranças de Estado europeias, concentrarem todo poder na nobreza. A força física citada pela cultura lockeana, se faz presente mediante a intervenção e participação das monarquias europeias em violentos conflitos provocados pelo movimento reformador, frente a retaliação católica.

No capítulo seguinte, será abordado a relação entre o movimento reformador e os governantes europeus. Tendo em vista também, a análise da transformação provocada pelos avanços do movimento reformador luterano, e a performance dos príncipes alemães durante este contexto.

3. A INFLUÊNCIA DA REFORMA PROTESTANTE

O estudo da influência da religião na política e nas relações internacionais, é de extrema importância e vem crescendo, agrupando os trabalhos de Weber, Durkheim e Geertz. A análise das crenças nas tomadas de decisão em política externa, se configura como uma relação de influência bastante debatida. Os fatores vinculados à crença dessa forma são determinantes.

Na abordagem da obra *O Príncipe*, Maquiavel aponta que a religião possui importância em um Estado, ao passo que é vista como um fator influenciador da sociedade civil, que deve estar disponível ao soberano para exercer sua autoridade sobre os súditos.

Através da ótica construtivista, a religião se apresenta como uma estrutura, ao passo que elas exercem influência nas doutrinas de política externa e no comportamento internacional. Busca-se ressaltar o papel das crenças, ideias e valores na formulação de políticas, a análise de variáveis culturais a partir da aplicação de fundamentos religiosos nas relações internacionais. Dessa maneira, os fatores culturais, ou seja, a concepção religiosa nesse caso, se manifestam em todas as condutas do crente (ou mesmo descrente) e de forma mais notória, no seu discurso. O construtivismo trabalha ainda, a noção de identidade, interesses e instituições que exercem influência na construção da interação de cada Estado consigo e com os demais Estados. Por fim, é trabalhada a noção de agente-estrutura, inserindo-os em um modelo de interação mútua e de construção social. Wendt trabalha ainda o conceito de identidade, salientando que elas não são predeterminadas, mas sim conceitos formados internamente, de forma flexível, que se adapta aos processos e necessidades do Sistema Internacional.

Assim, tanto a cultura quanto a religião, podem exercer um papel relevante na construção do interesse nacional e do panorama internacional, sendo elementos constitutivos do mesmo (KIER, 1997).

A lógica do trabalho se baseia no seguinte: Compreender primeiramente as relações internacionais como um campo de estudos, que se concentra na relação entre Estados e outros atores não-estatais, sendo assim, uma ciência de aspecto interdisciplinar que envolve elementos políticos, econômicos, sociais, entre outros. Desse modo, nota-se a relevância dos fatores para além do Estado

institucionalizado, bem como fatores legitimadores de poder desse Estado.

Portanto, o foco do construtivismo está na construção social da política internacional. Os construtivistas alegam que a sociedade é socialmente construída onde as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não somente por forças de cunho material, e que essas ideias compartilhadas constroem identidades e interesse nacional (ONUF, 1989). Essa noção de construção instituinte-instituído, fornece o arcabouço teórico para justificar o papel das ideias fornecidas por instituições religiosas, que já são consideradas atores do sistema internacional.

Neste capítulo, será abordada a aplicabilidade dos conceitos apresentados de antemão, a partir da análise bibliográfica levantada sobre o tema, mas dando ênfase especialmente na vertente Luterana da Reforma e na participação dos príncipes alemães durante esse movimento religioso.

3.1. O pensamento político da Reforma

Durante o período que Lutero estava no retiro em Wattburgo e Carlos V lutava contra numerosas dificuldades na Espanha e na Itália, a Alemanha e sua Reforma ficou temporariamente sem liderança, e as forças centrífugas e revolucionárias predominaram em todos os lugares. Em Wittenberg, o lugar de Lutero foi ocupado por Andreas von Karlstadt¹⁴ (1486-1541), que nesse momento, tornara-se muito mais radical que o próprio Lutero e recebera com agrado o advento de reformadores igualmente extremistas que partilhavam às ideias de Thomas Müntzer¹⁵ (1490-1525) e diziam ser diretamente inspirados pelo Espírito Santo (DAWSON, 2014, p. 124).

Esse movimento se espalhou com muita rapidez pela Saxônia e foi o precursor do grande movimento anabatista¹⁶, que se alastrou da Suíça à Holanda, vindo a

¹⁴ Andreas Rudolff-Bodenstein von Karlstadt (1486-1541) foi teólogo e reformador alemão o primeiro a fundar a teologia do batismo, estudou filosofia e teologia nas Universidades de Erfurt (1499) e Colônia (1503), e tornou-se professor de teologia da Universidade de Wittenberg (1505-1522) onde também foi chanceler (1511).

¹⁵ Thomas Müntzer (1490-1525), foi um dos primeiros teólogos alemães da era da Reforma, ele se tornou um líder rebelde durante a Guerra dos Camponeses. Müntzer virou-se contra Lutero com vários escritos contra o reformador, e apoiou os anabatistas.

¹⁶ Anabatistas ("re-batizadores", do grego ανα (novamente) é um movimento cristão do anabatismo, a chamada "ala radical" da Reforma Protestante. Os anabatistas não formavam um único grupo ou igreja, pois havia diversos grupos chamados genericamente de "anabatistas" com crenças e práticas diferentes e divergentes. Eles foram assim chamados porque os convertidos eram batizados apenas

tornar-se a fonte da principal tradição de protestantismo sectário popular. Inicialmente combinou vários elementos diferentes. De um lado representava os extremistas e entusiastas que prontamente se aliaram às forças da revolução social, e utilizava da violência para expurgar das Igrejas a adoração de imagens e o monaquismo. No entanto, também apelava aos reformadores espirituais que eram inimigos da violência.

Porém em 1523, Lutero retornou para Wittenberg e usou sua influência, tanto com o eleitor da Saxônia e o clero, quanto com as pessoas de Wittenberg e Erfurt, para conter os extremistas e encorajar novamente os moderados que ficaram alarmados e escandalizados com os procedimentos de Karlstadt e seguidores. Lutero vai começar a escrever sobre o dever de obediência às autoridades constituídas e a respeito dos danos causados pela rebelião, tais ensinamentos tiveram que ser repetidos com muito vigor nos anos seguintes quando irrompeu a grande Revolta dos Camponeses¹⁷. A posição de Lutero era muito delicada. Embora fosse um revolucionário teológico, era socialmente conservador, leal ao seu imperador e ao seu príncipe, temperamentalmente avesso a qualquer tipo de revolução social (DAWSON, 2014, p.125).

Dessa maneira, Lutero sempre lutou em duas frentes — contra os extremistas religiosos, que invocavam os seus princípios, assim como lutava contra os papistas, que via como servos do Anticristo — e quanto mais incomodado, mais forte era a linguagem utilizada em seu discurso. Isso explica a violência com que denunciou os camponeses em 1525 e invocou a impiedosa vingança dos príncipes. A priori, desejava dissociar sua causa daquela dos revolucionários sociais, e em segundo lugar, enxergava os anabatistas como uma ameaça contra toda autoridade, laica e eclesiástica, contra todas as cerimônias exteriores, e contra todas as tradições e precedentes intelectuais (MCGRATH, 2014).

O efeito do anabatismo sobre Lutero e a Reforma Protestante na Alemanha, entretanto foi conservador. Após a guerra dos camponeses, Lutero se tornou muito

na idade adulta, por isso, eles re-batizavam todos os seus prosélitos que já tivessem sido batizados quando crianças, pois creem que o verdadeiro batismo só tem valor quando as pessoas se convertem conscientemente a Cristo. Desta forma os anabatistas desconsideravam tanto o batismo católico quanto o batismo dos protestantes luteranos, reformados e anglicanos.

¹⁷ A Guerra dos Camponeses foi uma revolta popular generalizada nos países da língua alemã na Europa Central, entre 1524-1526. Falhou por causa da intensa oposição da aristocracia, que abateu até 100 mil dos 300 mil camponeses e agricultores mal-armados e malconduzidos. Os sobreviventes foram multados e tiveram poucos ou nenhum de seus objetivos.

mais cauteloso ao fazer apelos diretos à orientação do Espírito e à liberdade do cristão. Não advogava mais o princípio congregacional de uma congregação cristã autônoma, e veio depender cada vez mais do apoio da autoridade secular, inicialmente, do próprio príncipe, o eleitor da Saxônia, e do apoio de outros príncipes protestantes.

O posicionamento social de Lutero se torna claro em sua obra *À nobreza da nação alemã (1520)*, onde ele vai abolir a distinção medieval entre poder “temporal” (poder exercido pelos leigos) e poder “espiritual” (poder exercido pelo clero). Essa teoria que Lutero vai desconstruir teologicamente, era promovida pelas políticas papais, onde eles apontavam que esses dois poderes, domínios ou esferas de autoridade eram totalmente distintos. Embora o poder espiritual pudesse intervir (e de fato o fazia) nos assuntos do poder temporal, esse último não podia interferir no primeiro. Por trás dessa teoria está uma longa história de conflitos entre a autoridade papal e a autoridade secular (MCGRATH, 2014, p. 241).

Ao trazer a afirmação que Cristo não tinha dois corpos, um temporal e um outro espiritual, sendo assim a somente uma cabeça e um corpo. Lutero aponta que os leigos têm o direito de exigir um concílio para reformar a igreja; e, ele traz a memória de seus leitores que foi o Imperador romano Constantino (um leigo) o responsável por convocar o concílio mais importante da história da igreja (o concílio de Niceia¹⁸, que ocorreu em 325). Partindo deste prisma, não haveria problema da nobreza alemã convocar um concílio para reformar a igreja em 1520. Segundo Lutero, Deus exercia dois tipos de governo: o terreno que era efetuado por meio de reis, príncipes e magistrados, por meio do uso da espada e da lei civil; e o espiritual que é exercido através da igreja, por meio do Espírito Santo e do evangelho, de uma maneira que exclui toda coerção. A autoridade espiritual da igreja é, então, persuasiva, e não coercitiva, e se refere a alma do indivíduo e não ao seu corpo ou aos seus bens. A autoridade temporal do Estado é coercitiva e não persuasiva, e se refere ao corpo e aos bens do indivíduo, não à sua alma (MCGRATH, 2011, p. 245).

A teologia política de Lutero portanto é pragmática. Ao reconhecer às realidades políticas de sua situação em Wittenberg e sua dependência do apoio

¹⁸ Este concílio ecumênico foi a primeira tentativa de alcançar um consenso na Igreja através de uma assembleia representando toda a cristandade. Seus principais feitos foram a resolução da questão cristológica da natureza divina de Jesus e sua relação com Deus Pai; a construção da primeira parte do Credo Niceno; a fixação da data da Páscoa e a promulgação da lei canônica em sua primeira forma.

político dos príncipes alemães, Lutero reforçou a autoridade política deles baseando-a na providência divina. Deus governa o mundo, incluindo a igreja, por meio dos príncipes e magistrados. A igreja está no mundo e, portanto, deve se submeter à ordem do mundo.

Contudo, surgia uma questão importante em meio ao pensamento difundido por Lutero, e se o estado se tornar tirânico? Os cristãos têm o direito de intervir e de se opor ativamente ao estado? De acordo com o pensamento de Lutero, não, pelo menos na década de 1520. Em paralelo a Revolta dos Camponeses que tomava grandes proporções, o pensamento político trazido por Lutero apresentava deficiências óbvias. Os governantes seculares ocupam seu cargo por direito divino. Desse modo, na sua obra *Admoestação à paz* (1525), Lutero tece críticas aos senhores alemães pela tirania que exerciam sobre os camponeses, mas de forma simultânea, repreendia os camponeses por até mesmo pensarem em se revoltar contra seus senhores. Para Lutero, o fato dos governantes serem ímpios e injustos, não justifica desordem e rebelião, pois a punição da impiedade não seria responsabilidade de todos, mas dos governantes terrenos que portam a espada. Ao assumirem o papel de juízes e se vingarem do que consideravam errado, os camponeses estavam assumindo, na realidade o lugar de Deus (SKINNER, 1996).

Esse entendimento do relacionamento entre igreja e estado foi bastante criticado. A ética social apresentada por Lutero, se apresentava como “derrotista” e “tranquilizadora”, incentivando os cristãos a tolerarem as estruturas sociais injustas (ou, pelo menos, a não se oporem a elas). Lutero preferia a opressão à revolução. Também parecia gerar uma distinção fingida entre uma moralidade privada que seria reconhecidamente cristã e uma moralidade pública que não é. A Guerra dos Camponeses acabou escancarando as tensões presentes na ética social de Lutero, onde os camponeses deveriam viver segundo a ética privada do Sermão do Monte, oferecendo a outra face a seus opressores, enquanto os príncipes estavam justificados em usar meios coercitivos violentos para restabelecer a ordem social (SKINNER, 1996).

Embora Lutero afirmasse que o magistrado não tem autoridade na igreja, exceto como um crente, a distinção técnica é tão tênue que fica impraticável. Dessa forma, a futura dominação da igreja pelo estado se tornaria uma característica praticamente universal do luteranismo.

Sendo assim, a teologia política de Lutero apresentava cinco premissas centrais: 1. A ética cristã, mas não a moralidade humana, se baseia na doutrina da justificação somente pela fé; 2. Todos os cristãos têm uma responsabilidade cívica e social a cumprir. Alguns cristãos podem cumprir tais responsabilidades ao assumirem cargos públicos; 3. A moralidade do Sermão do Monte se aplica à vida de todos os cristãos, mas não necessariamente a todas as decisões que os cristãos tomam se estão em cargos públicos; 4. O estado foi instituído divinamente para alcançar certos propósitos, os quais a igreja não pode nem deve tentar alcançar. Em outras palavras, suas esferas de influência e autoridade são diferentes e não devem ser confundidas. e 5. Deus governa a igreja por meio do evangelho, mas é obrigado a governar o mundo pecaminoso por meio da lei, da sabedoria, da lei natural e da coerção (MCGRATH, 2014).

Vale salientar que Lutero não era um pensador político, e suas experiências limitadas nesse campo são mais bem compreendidas como uma tentativa de se acomodar às realidades políticas do seu tempo. Para a consolidação da Reforma alemã, era fundamental o total apoio dos príncipes e magistrados alemães. Sendo assim, Lutero estava preparado para conceder dignidade religiosa a esses governantes em troca do contínuo apoio deles à Reforma.

Além de Lutero que apresentava um posicionamento monarquistas, podemos observar também o posicionamento de outros reformadores que exerceram um papel importante para o avanço do movimento reformador. Na ótica de Zuínglio¹⁹ (1484-1531), todos os monarcas no final acabam se transformando em tiranos. Para Zuínglio, deve-se preferir a aristocracia (mesmo quando se degenera em uma oligarquia) à monarquia. Já o posicionamento de Martin Bucer²⁰ (1491-1531) em relação a essas questões era bastante interessante, pois a sua esfera de influência era dupla. Bucer foi o pioneiro na Reforma na grande cidade imperial de Estrasburgo, mas terminou seus dias em Cambridge tentando dar uma nova direção à hesitante Reforma da Inglaterra. Ora, Estrasburgo era governada por um conselho municipal; e a Inglaterra por um monarca. Sendo assim, Bucer afirmava que a forma

¹⁹ Ulrico Zuínglio (1484-1531) foi um teólogo suíço e principal líder da Reforma Protestante na Suíça.

²⁰ Martin Bucer (1491-1551) foi um reformador protestante em Estrasburgo, que influenciou as vertentes luterana, calvinista, anglicana e doutrinas e práticas. Bucer era originalmente um membro da Ordem Dominicana, mas depois da reunião e sendo influenciada por Martinho Lutero, em 1518 ele conseguiu que seus votos monásticos fossem anulados. Ele então começou a trabalhar para a Reforma.

precisa de autoridade temporal adotada não fazia diferença. A autoridade temporal pode ser individual ou corporativa, baseada numa monarquia hereditária ou numa assembleia eleita: o ponto essencial é que quem exerce tal autoridade deve ser piedoso e aberto à orientação do Espírito Santo (COLLINSON, 2003).

Mais adiante quem iria desenvolver as ideias de Martin Bucer seria João Calvino²¹ (1509-1564) que ao retornar para Genebra em 1541, encontraria os governantes livres do domínio externo, porém, em contrapartida, o governo não possuía nenhum sistema coerente de ordem eclesiástica. Tal ausência era justificada pelo fato de que todas as mudanças eclesiásticas implantadas durante a década de 1530 tinham sido destrutivas, se aproximando de algo semelhante ao caos. O atual cenário carecia de um conjunto abrangente de ordenanças eclesiásticas, e Calvino teria sido chamado de volta a Genebra para liderar essa missão. Os magistrados estavam dando carta branca a Calvino (dentro dos limites racionais) para organizar a Igreja de Genebra, com a condição que a autoridade civil deles não fosse afetada (MCGRATH, 2014).

A postura de Calvino era clara frente ao relacionamento entre igreja e estado. Diferente do posicionamento dos anabatistas, ele defendia que a autoridade espiritual não poderia abolir a autoridade política, isso porque Calvino acreditava na importância da autoridade política para manter a adoração exterior a Deus, atuando assim na defesa da sã doutrina, e no cultivo da paz e da tranquilidade comum no âmbito social. Para Calvino o momento de extinção da autoridade política se daria no Dia do Juízo, onde toda autoridade seria exercida apenas por Deus.

Sendo assim, Calvino atribuía dois papéis aos magistrados: a manutenção da ordem política e eclesiástica e a provisão do ensino da sã doutrina. Para ele, tanto a autoridade política, quanto a espiritual devem usar os recursos distintos confiados a elas por Deus, visando disciplinar o mesmo grupo de pessoas. A autoridade política deve usar seu direito a coerção (geralmente por meio da ameaça de exílio ou execução) e a autoridade espiritual deve usar seu ministério de ensino para a promoção da virtude. Calvino também indica que o ministério tem o direito de nortear a magistratura referente ao que a palavra de Deus exige em determinada situação, denominando assim o ministério como braço legislativo, e a magistratura o braço

²¹ João Calvino (1509 - 1564) foi um teólogo cristão francês que através de suas obras exerceu uma influência muito grande durante a Reforma Protestante.

executivo da teocracia genebrina. Contudo, a magistratura parece ter conseguido resistir ao ministério de modo frequente e tal fato acabou enfraquecendo o ministério no governo da cidade (MCGRATH, 2014).

Segundo Calvino, tanto magistrados quanto ministros são agentes e servos do mesmo Deus, empenhados pela mesma causa, diferindo apenas quanto a sua esfera e meios de ação. Suas responsabilidades são complementares, não competitivas. Embora Genebra tenha passado mais de uma vez por tensões entre as duas autoridades, a espiritual e a temporal, o forte senso de organização social que se tornou parte essencial do “calvinismo” pode ser remontado à teorização política de Genebra.

Outro ponto que pode ser destacado referente ao pensamento político de Calvino é uma certa incredulidade que ele expressava referente ao sistema monárquico. Para Calvino, monarcas são propensos a se tornarem tiranos; são motivados por seus interesses pessoais, não pelo bem-estar do seu povo. Tal pensamento é semelhante ao de Zuínglio.

As ideias apresentadas por Calvino gerariam um impacto numa diversidade de contextos políticos. Calvino afirmava também que, uma compreensão bíblicamente determinada quanto a natureza da igreja é consistente com qualquer forma de governo civil que seja estabelecida.

3.2. A Revolução dos Príncipes

A forma como Lutero conduzia seu pensamento teológico acerca da Reforma protestante, acabou gerando uma identificação entre a revolução religiosa e a revolução dos príncipes, que foi a maior das forças sociológicas a contribuir para a dissolução ou reformulação da tradicional unidade do Império. Dentre os príncipes protestantes, o jovem Philipp I von Hessen²² (1504-1567) foi o que obteve um grande destaque na liderança do partido. Responsável por arquitetar sucessivas ligas, sobretudo a Liga do Esmalcalda²³, pela qual os protestantes se tornaram um

²² Philipp I von Hessen (1504-1567), apelidado de der Großmütige (o "magnânimo") foi um dos principais campeões da Reforma e um dos mais importantes governantes alemães da Reforma.

²³ A Liga de Esmalcalda ou de Schmalkalden era uma aliança defensiva de príncipes protestantes do Sacro Império Romano criada em 27 de fevereiro de 1531. Recebeu o nome da cidade de Schmalkalden, na Turíngia (atual Alemanha), onde foi proclamada. A liga foi fundada por Philipp I von Hessen e João Frederico, Eleitor da Saxônia, que se comprometeram a defender-se mutuamente caso seus territórios fossem atacados pelo imperador Carlos V.

fator político, primeiro como partido de oposição nas Dietas alemãs, e depois como poder político independente capaz de negociar tratados com governos estrangeiros e declarar guerra por conta própria (DAWSON, 2014, p. 128).

O avanço da Reforma foi naturalmente favorável ao poder dos príncipes, uma vez que, a eliminação da condição eclesiástica e a secularização da riqueza da Igreja, ajudaram os príncipes a aumentar e consolidar os próprios governos; ao passo que a instituição de uma igreja territorial luterana, sob supervisão e controle do príncipe, envolvia a reconstrução radical da sociedade para o benefício do príncipe, de sorte que este adquiriu uma autoridade religiosa patriarcal que era quase absoluta. Em comparação, o poder do imperador tornou-se cada vez mais remoto. E quando pensou em recorrer ao apoio das cidades contra os príncipes, acabou se deparando com o triunfo da Reforma em todas as cidades imperiais que foram conduzidas para o campo dos príncipes, de modo que formaram um elemento importante das forças protestantes (DAWSON, 2014, p. 128)

Em paralelo com esses acontecimentos, houve também a Reforma das cidades, intimamente ligada ao movimento luterano. Seguiu um curso separado de desenvolvimento, e produziu os próprios líderes, que provaram ser igualmente independentes em assuntos teológicos. As mais importantes dessas cidades livres foram Estrasburgo, sob o comando de Martin Bucer e Wolfgang Köpfel²⁴ (1484-1541), Nuremberg, Ulm, mas, sobretudo, às cidades suíças da Basileia, Berna e Zurique, com Ulrico Zuínglio. A expansão da Reforma protestante teve participação ativa de Zuínglio, que diferente da neutralidade política adotada por Lutero, era um patriota suíço, que tinha um papel ativo na vida cívica de Zurique e estava determinado a fazer as cidades protestantes assumirem a liderança, nos assuntos da Confederação Suíça, bem como na Alemanha (MACCULLOCH, 2016).

Às circunstâncias eram favoráveis para que Zuínglio colocasse em prática seus planos, pois a organização eclesiástica da Suíça era formada por seis dioceses que não correspondiam as divisões políticas, e as principais cidades, Zurique e Berna, não eram sedes episcopais. Com Zurique sob a liderança de Zuínglio, em 1523-1524, é dado o passo decisivo, quando a autoridade do bispo é rejeitada e são

²⁴ Wolfgang Köpfel (1484-1541) foi um impressor de Estrasburgo no período da reforma inicial . Ele imprimiu, por exemplo, obras de Martinho Lutero, que representavam cerca de um terço de suas publicações.

introduzidas as medidas radicais de reforma, esse foi um evento político e religioso, pois o conselho da cidade acaba assumindo o encargo da autoridade episcopal. A partir deste momento, pela primeira vez, uma organização congregacional em que o pertencer à igreja se identifica com todo o corpo de cidadãos governados pelos magistrados dos quais Zuínglio e outros pregadores receberam o mandato (DAWSON, 2014).

Esse novo modelo de reforma da legislação cívica, aos poucos foi se alastrando até conquistar Berna, a mais importante de todas as cidades da Suíça. A Reforma alcança Constança e o bispo é forçado a sair, Zuínglio persuadiu a cidade de Zurique, em 1527, a criar uma nova união federal — Das Christliche Bürgerrecht (“Liga cívica cristã”) — e apesar de não conseguir integrar Constança a Confederação Suíça, Zuínglio envia um embaixador a Bucer e Köpfel, visando propor a adesão de Estrasburgo a essa Liga, visto que sua base suíça estava bastante fortalecida pela admissão de Berna, St. Gallen, Mühlhausen e da Basileia (MACCULLOCH, 2016).

A resposta católica a essa “Liga cívica cristã” foi a aliança de cinco antigos cantões católicos com Fernando I (1503-1564) de Habsburgo, arquiduque da Áustria, que ficou conhecida como “A União Cristã”. Assim, estava desenhada a primeira das guerras de religião, que teve início em 1529 e terminou sem derramamento de sangue, na primeira Paz de Kappel²⁵. Esse acontecimento acaba fortalecendo ainda mais Zuínglio, uma vez que os cantões católicos foram forçados a abandonar a aliança com a Áustria. A essa altura, Zuínglio já estava em contato com o líder dos príncipes luteranos, Philipp von Hessen, e trabalhariam juntos para unir os príncipes do Norte, e às cidades do Sul em uma única frente política (DAWSON, 2014, p. 130).

Com essa aproximação, Philipp von Hessen vai promover um encontro entre Zuínglio e Bucer com os teólogos luteranos em Marburg, em outubro de 1529. Porém a proposta de uma aliança pan-protestante inclusiva, que buscava minimizar às diferenças doutrinárias entre luteranos, zuinglianos e semizinglianos, para oferecer uma base para uma ação conjunta. Contudo, a tentativa acaba fracassando na Conferência de Marburg, em 1529, por conta da resistência de Lutero e seus

²⁵ A Paz de Kappel, foi a assinatura de um tratado entre católicos e protestantes que garantiu às regiões administrativas suíças a liberdade de escolherem a religião que gostariam de seguir.

adeptos. Apesar das divergências, e do fracasso de uma unidade entre os grupos protestantes, era urgente a formulação comum de princípios protestantes, que seria vital para a sobrevivência do protestantismo; pois a vitória de Carlos V contra os rivais franceses e italianos o deixaram livre para que se voltasse à situação alemã.

No capítulo seguinte será apresentado os acontecimentos que antecedem os tratados de Augsburgo e Vestfália e a participação do movimento reformador na construção de ambos os tratados.

4. A REFORMA PROTESTANTE E OS TRATADOS DE AUGSBURGO E VESTFÁLIA

Neste capítulo, será analisado os antecedentes do tratado de Augsburg e Vestfália, bem como os termos dos tratados em si. Será observado também o papel da Reforma protestante durante os conflitos e a sua participação na construção dos tratados.

4.1 Antecedentes do Tratado de Augsburg

Em 1530, através da Dieta de Augsburg, Carlos V dá início ao primeiro de seus muitos esforços para trazer a paz religiosa para Alemanha, que era-lhe particularmente importante naquele momento, devido a maré crescente da invasão turca, que na ocasião, já chegara às fronteiras orientais da Alemanha. Era um momento incomum, visto que ambos os lados, apesar das diferenças, apresentavam um espírito conciliatório.

A priori foi um encontro de príncipes e estadistas, e os teólogos compareceram como conselheiros e consultores. O personagem responsável por conduzir os trabalhos foi Filipe Melanchthon²⁶ (1497-1560), reformador que era caracterizado como humanista e conciliador, e o resultado de seu árduo trabalho foi a famosa Confissão de Augsburg, a menos luterana das fórmulas luteranas, que passa por cima das doutrinas mais características da nova fé. Essa ação foi uma tentativa de aguçar as discordâncias entre luteranos e zuinglianos, visando minimizar os desentendimentos entre luteranos e católicos (DAWSON, 2010).

Porém, a pedido do Eleitor da Saxônia, os teólogos de Wittenberg já tinham preparado um relato sobre as crenças e práticas nas igrejas da sua terra, formando assim os Artigos de Schwabach, de 1529, e Artigos de Torgau, de março de 1530. Juntamente com outros documentos, os *Artigos* de Schwabach e Torgau foram levados a Augsburg. Lá foi decidido fazer uma declaração luterana conjunta em vez de uma simples declaração saxônica, a explanação a ser apresentada ao Imperador. Circunstâncias também exigiram que se deixasse claro na declaração que os luteranos não fossem reunidos ao acaso com os demais oponentes de

²⁶ Filipe Melanchton (1497-1560) foi um reformador, astrólogo e astrônomo alemão. Colaborador de Lutero, redigiu a "*Confissão de Augsburg*" (1530) e converteu-se no principal líder do luteranismo após a morte de Lutero.

Roma. Outras considerações indicaram que seria desejável enfatizar mais a harmonia com Roma do que as diferenças (DAWSON. 2014).

Todos estes fatores contribuíram para determinar as características do documento que estava sendo preparado por Filipe Melanchthon. Os *Artigos de Schwabach* tornaram-se a base para a primeira parte do que veio a ser chamado de Confissão de Augsburgo, e os *Artigos de Torgau* tornaram-se a sua segunda parte. Lutero, que não estava presente em Augsburgo, foi consultado por correspondência, mas as emendas e revisões continuaram sendo feitas até a véspera da apresentação formal ao imperador, em 25 de Junho de 1530. Assinada por sete príncipes e pelos representantes de duas cidades livres, a *Confissão* imediatamente adquiriu importância peculiar, como uma declaração pública de fé.

Dois dias após a apresentação da *Confissão de Augsburgo*, os representantes católicos resolveram preparar uma refutação ao documento luterano, a "Confutação Pontifícia", a qual foi lida na Dieta, em 3 de agosto. O Imperador exigiu que os luteranos admitissem que sua *Confissão* havia sido refutada. A reação luterana surgiu na forma da *Apologia da Confissão de Augsburgo*, que estava pronta para ser apresentada em 22 de setembro, mas foi rejeitada pelo Imperador (DAWSON, 2014).

Com o insucesso do partido da conciliação em Augsburgo, o campo ficou aberto para o ativismo político de Philipp von Hessen, que em novembro de 1530, assinou um tratado com Zurique e começou a colaborar com Zuínglio em planos de longo alcance para uma aliança anti-Habsburgo que incluiria França e Veneza, bem como Hessen e às cidades protestantes do Sul da Alemanha e Suíça. Porém, todos esses planos foram frustrados quando irrompeu a segunda guerra religiosa em 1531, que ocasionou a morte também de Zuínglio, que liderava o ataque protestante em Kappel, no dia 11 de outubro. Zurique acaba sendo vencida, forçada a se render e abandonar os planos estabelecidos por Zuínglio, ficando apenas com a independência cívica e religiosa (MACCULLOCH, 2016).

Mesmo com esse cenário, Phillip von Hessen vai persistir com seus planos, buscando uma aliança política e militar de todos os estados protestantes que ainda existiam. No decorrer de 1531, uniu-se com o eleitor da Saxônia e outros príncipes e cidades protestantes para formar a Liga de Esmalcalda por intermédio da qual, o protestantismo primeiramente se tornaria um poder político organizado dentro e fora

do Império, e uma ameaça permanente ao poder dos Habsburgos²⁷.

Deste momento em diante, o advento de uma guerra civil era inevitável, e Lutero foi obrigado a modificar sua postura inicial de obediência passiva ao imperador como representante terreno de Deus e a pregar o direito de resistência, para defesa do Evangelho. Este posicionamento foi expressado após a Dieta de Augsburgo, na obra *Advertência do dr. Martinho Lutero a seus estimados alemães* e nos panfletos do ano seguinte.

Phillipp Hessen e o Eleitor da Saxônia, Johann Friedrich I, que era um protestante resolutivo, aproveitaram que o imperador e seu irmão Fernando I²⁸ (1503-1564) estavam preocupados com o ataque turco à Hungria e à Áustria, e desta maneira estavam dispostos a fazer um sacrifício para obter a unidade alemã e conseguir ajuda militar. Isso fez com que a liga protestante tirasse proveito deste momento para obter concessões do imperador e da Dieta de Nuremberg e para aumentar os territórios protestantes (DAWSON, 2014).

Em 1534, Philipp von Hessen vai se fortalecer ainda mais ao fazer um acordo secreto com o rei da França, e acaba se lançando a uma guerra contra as forças do rei Fernando I em Württemberg, visando recuperar o duque exilado, Ulrich von Württemberg²⁹, amigo de Zuínglio, que fora destituído das posses pelo imperador e a Liga Suábia, quinze anos antes. Esse foi o contratempo mais sério para os Habsburgos e os católicos alemães. Os êxitos de Philipp von Hessen favoreceram bastante a causa protestante, e desta época em diante a *Realpolitik* dos príncipes se tornou a força motriz da Reforma na Alemanha (COLLINSON, 2003).

Mesmo com os sucessos temporários, a liga dos príncipes contra Igreja e o imperador, continha em sua essência a anarquia e a desintegração que levaram à sua destruição. Desta forma algumas divergências surgem, como o atrito entre o jovem e promissor príncipe Moritz von Sachsen e o eleitor da Saxônia, o primeiro

²⁷ Os Habsburgos foram a dinastia soberana de vários Estados e territórios. Entre os seus principais domínios estavam o Sacro Império Romano-Germânico (962-1806), onde imperou, salvo interregnos, de 1273 até ser suplantada pela casa Casa de Habsburgo-Lorena em 1740, e a Áustria (1278-1918). Os Habsburgos foram também soberanos da Espanha (1516-1700), dos Países Baixos (em sua totalidade - entre os séculos XV e XVI - e posteriormente - fins do século XVI até fins do século XVIII - apenas de sua porção sul, a atual Bélgica), de Borgonha (entre os séculos XV e XVII), dos reinos de Nápoles, da Sicília e da Sardenha (entre os séculos XVI e XVIII), da Boêmia, da Hungria e da Croácia (1526-1740), do Ducado de Milão (1535-1740) e de Portugal (1580-1640).

²⁸ Fernando I (1503-1564) foi Sacro Imperador Romano de 1556, rei da Boêmia e Hungria a partir de 1526 e rei da Croácia de 1527 até sua morte em 1564.

²⁹ Ulrich von Württemberg (1487-1550) foi o terceiro Duque de Württemberg em 1498 a 1519 e 1534 a 1550. Ele foi o primeiro príncipe protestante em seu território.

reivindicava o direito de competir pelas terras das dioceses saxônicas, Magdeburg, Mueissen, Merseburg e Halberstadt, que ambos gostariam de secularizar. Contudo, mais sério ainda foi o caso de Philipp von Hessen, que assim como Henrique VIII, apesar de mestre no jogo político, era escravo das próprias paixões, isso que o fez requerer não um divórcio, mas a plena sanção eclesiástica para um casamento bígamo (DAWSON, 2014).

Em busca da sua satisfação íntima, Philipp von Hessen obtém a permissão de três líderes religioso: Bucer, Melanchton e do próprio Lutero, sob condição de manter o caso em segredo. Porém, por possuir um senso político muito apurado, Philipp von Hessen compreendia que tal permissão não lhe daria garantias diante da lei pública do Império. Naquele período, a lei tratava a bigamia como crime capital, e os inimigos com certeza tirariam vantagem dessa situação. Mediante a esse ensejo, Philipp von Hessen decide sacrificar a política anti-Habsburgo, assinando em 13 de junho de 1541, um tratado com Carlos V, em que jurou o seu apoio e o do seu genro, o duque Moritz, contra todos os inimigos, prometendo usar sua posição na Liga de Esmalcalda para evitar atividades anti-imperiais, com isso obteria o favor do imperador, que lhe forneceria proteção especial e perdão relacionado a todas as ofensas anteriores, de qualquer natureza, contra às leis do Império (DAWSON, 2014).

Esse posicionamento acaba enfraquecendo o âmago da aliança protestante, causando crescente desconfiança entre os líderes, inclusive da parte de Lutero que não o perdoou por admitir o fato do seu casamento bígamo, que o próprio Lutero continuava a negar.

Enquanto Carlos V estava ocupado com a nova guerra com a França, a liga sobrevivia, mas o imperador estava disposto a cumprir seus objetivos, então, ele foi capaz de vencer, um por um, vários príncipes protestantes, sobretudo, Moritz, que esperava ganhar as terras e a posição eleitoral do primo Johann Friedrich I³⁰ (1503-1554). A guerra tem início em 1546, o cenário apontava que as forças protestantes estavam enfraquecidas e divididas. Contudo, Phillip von Hessen permaneceu fiel a causa protestante e com a ajuda do eleitor da Saxônia e das cidades do Sul da Alemanha, juntou forças maiores que a do imperador, que se articulou com as tropas

³⁰ Johann Frederick I (1503-1554), chamado Johann, o Magnânimo, foi eleitor da Saxônia (1532-1547) e chefe da Liga Esmalcalda.

espanholas comandadas pelo duque de Alva, um exército dos Países Baixos sob o comando de van Buren e um exército italiano de tropas papais, enquanto seu irmão Fernando e Maurício da Saxônia operavam no flanco Noroeste (GLEN, 2019).

Após uma longa campanha de manobras, Carlos V surpreende o exército protestante em Mühlberg, em 24 de abril de 1547, capturando o próprio eleitor Johann Friedrich. Essa ação teve consequências terríveis, pois dois meses após Philipp von Hessen rendeu-se sem resistência. Assim, após vinte e oito anos de frustrações e adiamentos, Carlos V finalmente foi feito mestre da Alemanha, e livre para prosseguir com os planos para restauração da autoridade imperial, e o restabelecimento do catolicismo. Isso teve início na Dieta de Augsburg, em setembro de 1547, na qual deu prosseguimento aos planos para a reorganização da Constituição Imperial e para a reconciliação religiosa, bem como para uma liga de paz permanente, com organização e força militar próprias (GLEN, 2019).

Porém durante esse momento, Carlos V vai sofrer uma oposição do papa Paulo III, que colocava na conta das maquinações imperialistas, o assassinato de seu filho, Pier Luigi Farnese. Sendo assim, ele vai romper com o imperador e move todas as suas forças para articular uma aliança dos Estados Italianos com a França, contra Carlos V; mas o imperador se mantém firme na execução do seu plano de reconciliação, mesmo sem a ajuda do papa. Esse foi o objeto do *Interim Augustanum*, lançado no verão de 1548. Tornando-se assim, obrigatórios para católicos e protestantes, e, de certo modo, vinham ao encontro do ponto de vista protestante em questões como o casamento do clero e a entrega do cálice aos leigos na comunhão (DAWSON, 2014).

Com isso Carlos V conseguiu fazer cumprir esse acordo nas cidades protestantes do Sul da Alemanha que conquistara e guarneceu com tropas, de modo que os principais reformadores, como Bucer, foram forçados a deixar às igrejas e refugiaram-se na Inglaterra. Muito mais difícil foi, no entanto, obter a aceitação de um lado dos príncipes protestantes do Norte, e de outro lado, do papa.

O ponto fraco de Carlos V foi justamente às cidades protestantes que não conseguiu conquistar, e não ter conseguido o apoio dos príncipes da Alemanha do Norte. Além desses fatores, confiar a Moritz a missão de dirimir a resistência do Norte da Alemanha, pois não imaginava o imperador que mesmo tendo gratificado Moritz com às terras de seu primo, Johann Friedrich e lhe concedido dignidade

eleitoral pelos seus serviços prestados, ele permanecia protestante, e continuava ressentido pela prisão de seu sogro, Philip von Hessen (MOELLER, WOLF, KOTTJE, KAUFMANN, 2017).

Moritz então vai se articular usando a campanha da Alemanha Setentrional para obter um acordo privado com os príncipes protestantes, com os quais planejou, em 1552, a traição suprema num acordo com o rei da França contra o imperador, onde os cúmplices aceitaram ceder para França três bispados de fronteira, Met, Toul e Verdun. É através desta manobra que Carlos V é surpreendido, mas mesmo assim, continuava a acreditar na lealdade de Moritz, até iniciar de fato a guerra com a França em 1552, e ao tentar entrar com seu exército protestante nos Países Baixos, acaba sendo bloqueado por um exército protestante, liderado pelo próprio Moritz e por Albert Alcebíades³¹ (1522-1557), o margrave de Brandenburgo-Kulmbach. Sendo assim, o imperador foi forçado a escapar com poucos seguidores pelos Alpes até a Caríntia (COLLINSON, 2003).

Após esses episódios, os planos de Carlos V de restaurar o Império Católico se encerrou de forma súbita, e o obrigou a deixar seu irmão, Fernando, assinar uma trégua com Moritz em Passau, apenas uns dias mais tarde. Fernando foi obrigado a suspender o *Interim Augustanum*, garantindo na prática, a independência dos príncipes e a libertar Philipp von Hessen, embora a decisão final tenha sido adiada até a próxima Dieta que ocorreria em Augsburg (MOELLER, WOLF, KOTTJE, KAUFMANN, 2017).

Nesse momento a guerra já apresentava sinais mais violentos do que nunca. Não era mais uma guerra religiosa, mais uma guerra de todos contra todos. No Ocidente, Carlos V e o duque de Alva eram, agora, aliados do líder protestante, Albert Alcebíades, numa tentativa desesperada de recuperar Metz dos franceses. No Oriente, Moritz uniu-se ao rei Fernando contra os turcos e, posteriormente, voltou armas contra o próprio Albert Alcebíades, a quem derrotara na terrível batalha de Sievershausen, onde o próprio Moritz foi ferido mortalmente. O imperador, profundamente desencorajado, deixava a Alemanha em definitivo e decidira abdicar seus domínios em todo mundo, enquanto seu irmão Fernando, estava determinado a permanecer por conta do acordo que fizera com Moritz em Passau, no verão de

³¹ Albert II (1522-1557) foi o comandante militar designado para manter da província de Brandenburg-Kulmbach que pertencia ao Sacro Império Romano de 1527 a 1553. Ele era membro do ramo franconiano da Casa de Hohenzollern.

1552 (MOELLER, WOLF, KOTTJE, KAUFMANN, 2017).

Assim, a eliminação de dois grandes protagonistas — o imperador e Moritz — abriu caminho para o acordo final entre os dois partidos na Dieta de Augsburgo em 1555.

4.2 Termos do Tratado de Augsburgo

A exigência de uma “comum” e “perpétua paz na religião”, exigência essa que partia principalmente dos príncipes protestantes, mas também de algumas corporações imperiais católicas, entrou em pauta da Dieta. O contínuo anseio por garantias mútuas de paz e o interesse do futuro chefe superior do império, Fernando, em promover a paz interna do império, pesaram mais do que a preocupação papal e do imperador em relação a uma paz regulamentada com hereges.

Alguns fatores decisivos quanto à paz religiosa já estavam encaminhados, num Esboço conjunto que em 21 de junho, foi entregue ao rei Fernando. O argumento dele era que a paz entre as corporações da *Confessio Augustana* e a antiga Igreja, deveria ser analisada, excluindo todos os que divergiam disso, também os reformados. O Esboço sancionava a secularização de instituições religiosas, diretamente imperiais por parte das corporações, na medida em que essas houvessem ocorrido antes do Acordo de Passau, e suspendia as corporações protestantes da submissão à jurisdição das instituições eclesiásticas, como até então havia sido, enquanto não se chegava a um acordo definitivo entre as religiões, garantindo também os proventos das instituições eclesiásticas da fé tradicional, bem como os direitos das autoridades civis em relação a esses proventos, estatuinto igualmente o direito de emigrar (*benefitium emigrandi*) de súditos divergentes na fé, mediante a venda de seus bens. Na prática, demonstrou-se que o recurso a esse direito individual de consciência, permaneceu uma exceção, uma vez que sua aplicação era penalizada através de taxas (MOELLER, WOLF, KOTTJE, KAUFMANN, 2017).

A Paz religiosa de Augsburgo baseava-se no princípio da territorialidade confessional, que seria resumida numa fórmula sintética por volta de 1600 (*Cuius regio, eius religio*), representando uma ampliação da assim denominada “eterna paz territorial”. Ela deveria valer “sempre, firme e inquebrantavelmente até a harmonia cristã, amigável e finita da religião e das questões religiosas”.

Porém, no Esboço não foram solucionados dois problemas, que continham em si a raiz de conflitos futuros: os protestantes exigiam que às garantias da paz religiosa também para os fidalgos territorialmente assentados e para às cidades não diretamente imperiais, o que não foi aceito pelo lado católico. Os católicos por sua vez, insistiram que no caso da passagem de uma organização eclesiástica imperial à *Confessio Augustana*, contrariamente a lógica territorial, deveria ser excluída a mudança confessional dos súditos e que o respectivo príncipe deveria ser destituído de seu cargo. Essa lógica apresentada pelos católicos, ficaria denominada *Reservatum ecclesiasticum* ("reserva eclesiástica). A exigência dos protestantes mirava especialmente a garantia dos desenvolvimentos protestantes em Estados territoriais eclesiásticos; as exigências dos católicos, pretendiam restringir e limitar, a favor dos Estados eclesiásticos, o perigo de uma propagação da Reforma (COLLINSON, 2003).

Contudo, o que acabou sendo adotado pelo rei Fernando foi a "reserva eclesiástica", conseqüentemente a proposta feita pelos protestantes foi negada, porém mesmo sendo contrários a "reserva eclesiástica", os protestantes aceitam o acordo, para que a partir de então fosse estabelecida uma ordem de paz.

Sendo assim, a Paz de Augsburgo continha três princípios fundamentais: O primeiro princípio é o da *cuius regio, eius religio* ("De quem reino, sua religião"), que previa a unidade religiosa interna dentro do Estado: a religião do príncipe se tornou a religião do Estado e todos os seus habitantes. Esses habitantes que não poderiam se conformar com a religião do príncipe, foram autorizados a sair: uma ideia inovadora no século XVI. Este princípio foi discutido longamente pelos vários delegados, que finalmente chegou a acordo sobre as especificidades da sua redação, depois de examinar o problema e a solução proposta de todos os ângulos possíveis; O segundo princípio, o chamado *ecclesiasticum reservatum* (reserva eclesiástica), cobriu o estatuto especial do estado eclesiástico. Se o prelado de um estado eclesiástico mudou de religião, os habitantes deste estado não teriam que fazê-lo. Em vez disso, era esperado o prelado a renunciar a seu cargo, embora isto não foi escrito no contrato; e o terceiro princípio, conhecido como *Declaratio Fernandea* (Declaração de Fernando), que isentava os cavaleiros e algumas das cidades da exigência de uniformidade religiosa, se a religião reformada tinha sido praticada lá desde meados da década de 1520. Isto permitiu algumas cidades

mistas e cidades onde os católicos e luteranos tinham vivido juntos. Ele também protegeu a autoridade das famílias principescas, os cavaleiros e algumas das cidades para determinar o que a uniformidade religiosa significou em seus territórios. Esta última disposição, não foi divulgada como parte do tratado, e foi mantida em segredo por quase duas décadas (MOELLER, WOLF, KOTTJE, KAUFMANN, 2017).

A Paz religiosa de Augsburgo foi uma paz político-secular. A secularização, a legalização e a politização da questão religiosa em nível imperial, legitimavam ataques dos soberanos territoriais a bens da Igreja, contribuiu para o sistema estatal territorial do início da era Moderna e favorecia a intransigência teológica confessional abaixo do nível da decidida exclusão da guerra religiosa.

4.3 Efeitos do Tratado de Augsburgo

O Acordo de Augsburgo, ainda no século XVI, põe fim a um ciclo de conflitos que frustrou a esperança de Carlos V, que cumulava a coroa da Espanha e o cetro de Sacro Imperador Romano, de estabelecer sua hegemonia na Europa e unificar o continente. Com o efeito do princípio *cuius regio eius religio*, onde o governante possuía a prerrogativa de determinar a religião em seu Estado. Como a preferência religiosa do príncipe é também obrigatória para os súditos, o princípio concede aos súditos dissidentes o direito de emigrar para algum Estado de sua própria religião. Essas emigrações aconteceram e acabaram reforçando as diferenças entre os principados germânicos, reunindo súditos católicos a príncipes católicos e súditos luteranos a príncipes luteranos (BOBBITT, 2003).

A intensa migração, acabou reforçando a tendência à verticalização do poder político, aumentou o poder dos governantes e reforçou a lealdade da população, tanto a nativa quanto a imigrada, ao Estado. Outro componente importante do acordo de Augsburgo é a tolerância entre Estados católicos e protestantes, o reconhecimento recíproco de sua independência nos campos político e religioso, e que traduz o comprometimento com o projeto anti-hegemônico de uma Europa fragmentada em Estados soberanos. Este é complementado por outro corolário necessário do princípio do *cuius regio eius religio*, e logo sustentado publicamente em termos teóricos e práticos: a não interferência de um Estado nos assuntos

internos de outro. O projeto de uma *Res publica Christiana*³² é posto de lado em nome da independência dos Estados individuais (SIMMS, 2013).

Com efeito embora originalmente voltado para pacificar o conflito entre o Sacro Império e os príncipes germânicos, os princípios que constituem a Paz de Augsburgo logo tornaram-se prática corrente, disseminando-se por toda a Europa. Converteram-se numa espécie de “constituição” da sociedade internacional, ou algo como um *leading case*, segundo a qual todos os governantes teriam a mesma dignidade, vedadas quaisquer distinções jurídicas entre estados católicos e protestantes (SIMMS, 2013).

Com o fracasso do duplo projeto de unificação europeia, religiosa e política, prevaleceu em Augsburgo a política conduzida no sentido de afirmar a efetividade do poder do Estado. Príncipes pragmáticos, capazes de perseguir objetivos políticos, orientados pela razão de Estado, tornaram-se governantes de fato, e levaram vantagem sobre aqueles excessivamente comprometidos com uma missão apostólica. Com efeito, uma das causas da derrota de Carlos V foi seu excessivo zelo religioso, recusando alianças com príncipes de outras religiões, fortalecendo assim seus inimigos mais pragmáticos, que conduziam uma política baseada na razão de Estado (COLLINSON, 2003).

A preparação permanente para a guerra exigia um governante não apenas legitimado por regras dinásticas, mas que fosse capaz de comandar um aparelho coercitivo eficiente, unificado, capaz de tributar e mobilizar recursos em escala nacional, sem necessitar da mediação de autoridades locais. Os princípios de independência, tolerância e não intervenção estabelecidos pelo acordo de Augsburgo, emanciparam os soberanos de suas vinculações religiosas, e deu maior vazão à repressão violenta pelo Estado da população e dos seus opositores. A união entre o processo dinástico de legitimação é utilizada como política de consolidação do poder estatal, que será conduzida, pelo menos nos estados da Europa ocidental, ao formato institucional do Estado Absolutista (SIMMS,2013).

4.4 Tratado de Vestfália

A Paz de Vestfália de 1648, trata-se de um conjunto de tratados que colocou

³² *Res publica christiana* é uma expressão do latim que combina a ideia da *res publica* e *christiana* para descrever a comunidade mundial da Cristandade e o seu desenvolvimento.

um ponto final na Guerra dos Trinta Anos, que teve início com o agravamento da disputa política entre o Imperador Habsburgo do Sacro Império Romano-Germânico e as cidades-Estado luteranas e calvinistas no território do norte da atual Alemanha que se opunham ao seu controle. Tal guerra contou com a participação de potências católicas comandadas pelos Habsburgo, como a Espanha e Áustria, e também de Estados protestantes escandinavos e da França, que, mesmo sendo católica, temia o domínio dos Habsburgo na Europa e apoiou os protestantes no conflito. A assinatura do tratado entre a Espanha e os Países Baixos, na cidade de Münster, em 30 de janeiro de 1648, pôs fim a Guerra dos Oitenta Anos, o tratado assinado em 24 de outubro de 1648, em Osnabrück, entre Fernando III, Imperador Romano-Germânico, os demais príncipes alemães, França e Suécia, pôs fim ao conflito entre estas duas últimas potências e o Sacro Império (SIMMS, 2013).

4.5 Antecedentes e termos do Tratado de Vestfália

Apesar dos esforços e articulações feitos para estabelecer a paz entre católicos e protestantes, a Paz de Augsburg não impediu a retomada dos conflitos religiosos, inflamados com o episódio da Defenestração de Praga³³, com o agravante do envolvimento na guerra pela Suécia, em apoio aos príncipes luteranos, e mais tarde da intervenção da França e no envolvimento da Inglaterra (BOBBITT, 2003).

Antes de qualquer análise, se faz necessário ressaltar que a Guerra dos Trinta Anos não foi apenas uma guerra religiosa, foi também um confronto entre as potências daquela época.

A entrada da Suécia no conflito, explica-se em grande parte pela vontade de se afirmar como potência europeia, tentando enfraquecer o Império Romano-Germânico e expandir a sua influência ao conjunto da Escandinávia, ao Báltico e ao norte da Europa. As Províncias Unidas da Flandres, onde o calvinismo era majoritário e que se tinham emancipado da dominação espanhola, intervieram na guerra, como também a Boêmia e mais tarde a Dinamarca. A poderosa intervenção francesa, aliada à Suécia, aos cantões helvéticos e a alguns Estados italianos,

³³ Ocorrido em 1618, a segunda defenestração de Praga foi o estopim da Guerra dos Trinta Anos, quando alguns integrantes da nobreza tcheca atiraram pelas janelas do palácio real de Praga os representantes do sacro imperador romano-germânico Fernando II.

explica-se pela sua intenção de provocar a hegemonia do Império Romano-Germânico e da Espanha e de conquistar a posição de primeira potência europeia. O Cardeal Richelieu (1585-1642), primeiro ministro de Luís XIII (1601-1643), personificou esta ambição e, em nome da *Raison d'État*³⁴, não hesitou em lutar contra os seus correligionários católicos, mostrando que os interesses do Estado superavam as solidariedades religiosas (ASBACH, 2014).

Desta maneira, a França saiu reforçada do conflito, ao ponto de se transformar na nação dominante da época, também graças ao grande desenvolvimento interno promovido pelo mercantilismo de Colbert³⁵ (1619-1683) no reinado de Luís XIV³⁶ (1638-1715). Em síntese, portanto, a Guerra dos Trinta Anos significou um enfrentamento entre as principais potências europeias do século XVII, no quadro das numerosas convulsões e que entre elas, tiveram lugar nesse período da transição do século XVI para o XVII: basta recordar o cerco dos turcos a Viena em 1529 e as guerras de décadas contra o Império otomano, ou a guerra da Espanha na Flandres (entre 1560 e 1648, dita Guerra dos 80 anos), ou a guerra da França contra a Espanha, que só terminou em 1659 com o Tratado dos Pirenéus³⁷ (BOBBITT, 2003).

O conflito se concentrou principalmente entre o Sacro Império Romano-Germânico, católico e dominado pela casa de Habsburgo, e um vasto conjunto de cidades e principados alemães protestantes, apoiados primeiro pelas principais potências anti católicas, o Império Sueco e os Países Baixos, e depois também pela França católica, em mais um capítulo das antigas rivalidades entre os franceses e os Habsburgos (BOBBITT, 2003).

Visando por um fim nesse longo período de conflitos, a Paz de Vestfália foi

³⁴ A *Raison d'État* (Razão de Estado) é o princípio em cujo nome o estado está autorizado a violar a lei em nome de um critério superior. É, acima de tudo, um princípio de ação política, cujo conceito filosófico é caracterizado por uma imprecisão definidora e que dá origem a práticas muito variadas.

³⁵ Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) foi um político francês que ficou conhecido como ministro de estado e da economia do rei Luís XIV. Instalou o Colbertismo na França, onde teve uma grande importância no desenvolvimento do mercantilismo ou da teoria mercantilista, bem como das práticas de intervenção estatal na economia, que o mercantilismo adotava.

³⁶ Luís XIV (1638-1715), apelidado de "o Grande" e "Rei Sol", foi o Rei da França e Navarra de 1643 até à sua morte. Seu reinado de 72 anos é o mais longo de toda História da Europa e, entre os reinados de duração historicamente comprovada, foi o mais longo da História da Humanidade.

³⁷ O Tratado dos Pirenéus, também denominado de Paz dos Pirineus ou Paz de 1659, foi um acordo de paz entre França e Espanha assinado por Jules Mazarin e Dom Luis de Haro y Guzmán em 7 de novembro de 1659 na Ilha dos Faisões. Além de colocar fim à guerra franco-espanhola, o tratado estabeleceu o casamento entre Luís XIV, o Rei-Sol, e a infanta Maria Teresa de Habsburgo, filha do rei espanhol Filipe IV.

negociada durante três anos, pelos representantes dos católicos e protestantes, reunidos em Münster (onde tinha precedência a França católica) e em Osnabrück (onde tinha precedência a Suécia protestante). As conversações de paz, iniciadas em 1644 em Münster e Osnabrück, envolviam o fim da Guerra dos Oitenta Anos entre Espanha e Países Baixos, e da Guerra dos Trinta anos na Alemanha. O tratado de paz entre Espanha e Países Baixos, foi assinado em 30 de janeiro de 1648; em 24 de outubro do mesmo ano, foi assinado o tratado de paz entre o Sacro Império Romano-Germânico, os outros príncipes alemães, a França e o Império Sueco. Os tratados concluídos nessas duas cidades da Vestfália, foram depois reunidos no Ato Geral de Vestfália, em Münster em 24 de outubro de 1648 (CROXTON,2013).

4.6 Efeitos do Tratado de Vestfália

A assinatura da paz ratificou as cláusulas do Tratado de Augsburg de 25 de setembro de 1555, incluindo o calvinismo, garantindo a protestantes e católicos a liberdade de culto. Assim o mapa religioso da Europa ficaria imóvel, uma vez que a eventual conversão dos soberanos não acarretaria mudanças religiosas nos respectivos domínios. Ao mesmo tempo, não só o equilíbrio de poderes no continente europeu se viu alterado — com a Espanha a ceder a posição dominante à França — como também certas fronteiras foram redefinidas (BOBBITT, 2003)

A diplomacia e os exércitos franceses, obrigaram os Habsburgos a se concentrar nos territórios austríacos, e a se expandir em direção ao Império Turco no Oriente. Na qualidade de árbitro do equilíbrio internacional, a França conseguiu alguns ganhos territoriais: tomou o Rossilhão da Espanha, tomou posse de toda a Lorena e de quase toda Alsácia e obteve o reconhecimento dos "Três Bispados" (Metz, Toul e Verdun). O Império Sueco ampliou seu controle sobre o Báltico e recebeu a Pomerânia ocidental alemã, além de importantes portos situados em rios alemães, dilatando assim seus domínios para fora da Escandinávia. O poder sueco, seria recompensado com concessões feitas ao príncipe-eleitor que participava da eleição do imperador de Brandemburgo, dono das vias de acesso entre a Prússia e o Reno. A Espanha perdeu não só os Países Baixos, mas sua posição de domínio no oeste da Europa e o controle dos mares nas colônias americanas. Várias nações, entre as quais, os Países Baixos e a Suíça, viram reconhecida a sua independência (CROXTON, 2013).

Dessa maneira, ocorre assim uma mutação geopolítica, com vantagem para os países nórdicos e ocidentais (Suécia, Inglaterra, Países Baixos, França, Suíça), em detrimento do eixo centro-sul, justamente Viena-Madrid. Porém, não foi este o único aspecto da fragilização do papel do Imperador Habsburgo, pois o antigo Sacro Império Romano-Germânico, além de perder territórios e poderes em confronto com os Estados, seus opositores, passou a desempenhar um papel menos relevante graças a um processo que consiste, como já referido, na relativa emancipação dos príncipes face ao Imperador (CROXTON,2013).

Neste sentido, em Vestfália há uma importante ruptura com a Cristandade medieval e o seu caráter bicéfalo, já que nela os poderes locais estavam subordinados ao poder espiritual e ao poder temporal, ao papa e ao imperador. A Paz de Vestefália estaria justamente nessa transição: o acaso definitivo da antiga ordem europeia (medieval) e a emergência de uma nova ordem (moderna) não baseada na nebulosa de um pretense reino universal cristão – a República Cristã – , mas na existência de Estados Nações, soberanos e territorializados, em suma, os “Estados vestefalianos”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Protestante exerceu um papel importante na configuração das relações internacionais durante os séculos XVI e XVII. A análise do contexto histórico, onde a Igreja Católica apresenta uma postura contraditória mediante a fé que deveria exercer, assim, Martinho Lutero, monge da instituição católica — que posteriormente se tornaria um dos principais líderes do movimento reformador — percebe essa conduta desviante da Igreja e começa a tecer uma série de críticas, visando o ajuste da doutrina religiosa. Porém, o que Lutero não percebeu a priori, foi que suas obras estavam gerando uma nova vertente de cristianismo. Contudo, ao se dar conta desse distanciamento, o mesmo não volta atrás e mesmo sendo rotulado de herege, prossegue com suas ideias. O que iniciou com objetivos voltados para o âmbito religioso, acabou se expandindo para as esferas política, econômica e social.

A gênese do movimento reformador que foi abordado no primeiro capítulo, mostrou os desdobramentos das obras de Lutero, e o interesse dos príncipes alemães em acolher essas ideias, com o intuito de utilizar-se deste fator, como uma oportunidade de se desvincular da influência da Igreja católica e conseqüentemente da administração do Sacro Império Romano, conduzido pelo imperador Carlos V. Como foi abordado, os príncipes desejavam concentrar o poder na nobreza e formar assim uma monarquia absolutista.

Já o segundo capítulo possibilitou o entendimento acerca do pensamento político da reforma e suas várias vertentes, tendo início com Lutero, que apresentava um posicionamento político voltado a submissão e o entendimento que tanto a Igreja, quanto o governo secular, eram autoridades que governavam em nome de Deus, postura esta que mudaria devido a tirania aplicada pelo Sacro Império Romano, onde Lutero reavalia suas postura, expondo o direito de se rebelar contra o autoritarismo exercido pelos governantes. E também, foi exposto alguns grupos reformadores mais radicais, como os anabatistas e os zuínglios que queriam aplicar a reforma como estilo governamental.

Foi enfatizado no terceiro capítulo, os desdobramentos dos conflitos e guerras gerados pelas disputas religiosas e a participação dos príncipes protestantes na construção do Tratado de Augsburg, que através do princípio *cuius regio eius religio*, permitiu uma importante vitória para os protestantes, onde o governante

poderia escolher a religião que o seu Estado seguiria, essa medida acabou enfraquecendo a Igreja católica que teve muitas de suas propriedades e riquezas secularizadas por príncipes protestantes. Porém, essa paz não duraria por muito tempo, pois em seguida é iniciado a Guerra dos Trinta Anos, que além de enfrentamentos religiosos, acentuou a disputa entre os franceses e os Habsburgos, guerra essa que foi historicamente um dos conflitos mais sangrentos que a Europa vivenciou. Contudo, através da construção do tratado de Vestfália, vai ser estabelecida mais uma vez a paz, onde a questão territorial é fator importante do tratado, que faz com que a França saia fortalecida e o Sacro Império Romano-Germânico seja enfraquecido.

Pode-se afirmar que a Reforma mudou a face política da Europa, parte por meio das mudanças sociais e políticas que gerou, e parte por causa de algumas novas ideias perigosas que desencadeou numa Europa confiante. A Reforma foi instrumental para efetuar a transição da noção medieval de ordem mundial, fundada sobre “uma ordem imaginada como natural e eterna”, para uma ordem moderna “fundada sobre mudanças”.

Em todos esses acontecimentos, nota-se, que a Reforma protestante, teve participação ativa, e através dela, os príncipes germânicos vão colocar em prática seus ambiciosos planos. Conclui-se então, que o presente trabalho alcançou seu objetivo de analisar a participação da reforma, nas relações internacionais durante os séculos XVI e XVII, bem como, na construção dos tratados de Augsburgo e Vestfália, que além de selarem a paz em momentos cruciais da história, foram capazes de mudar a configuração política, econômica e social da Europa.

6. REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova, n. 47, p. 201-246,1999.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

AQUINO, Felipe. **Para entender a Reforma Protestante**. São Paulo: Editora Cléofas.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. UNB/IPRI, 2002.

ASBACH, O., SCHRÖDER, P. **Companion on Thirty Years War**. Editora Ashgate, 2014.

BITUN, Ricardo. **A Reforma Protestante: História, Teologia e Desafios**. São Paulo: Editora Hagnos, 2017.

BOBBITT, Philip. **A guerra e a paz na história moderna**. RJ: Elsevier. 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Guerra dos Trinta Anos. História das guerras**, v. 3, p. 163-187, 2006.

COLLINSON, P. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2003.

CREASMAN, Allyson, F. **Censorship and Civic Order in Reformation Germany, 1517-1648: 'Printed Poison & Evil Talk'**. Editora: Routledge, 2016.

CROXTON, Derek. **Westphalia: The Last Christian Peace**. United states: Palgrave Macmillan, 2013.

DAWSON, C. **A Divisão da Cristandade: Da Reforma Protestante à Era do Iluminismo**. São Paulo: É Realizações Ed, 2014.

FIERKE, K .;JORGENSEN, E. K. (eds) **constructing International Relations: the next generation**. New york: M.E.Shaper,2001.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos Reformadores**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2017.

GLEN, Adam, H. **The Peace of Augsburg and the Meckhart Confession: Moderate Religion in an Age of Militancy**. Editora Routledge, 2019.

- KEOHANE, R. **“International Institutions: Two Approaches”**, *International Studies Quarterly*, v. 32. N. 4, p. 379, 396, 1988.
- LINDBERG, Carter. **História da Reforma**. Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LUTERO, Martinho. **Da Liberdade do Cristão**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- LUTERO, Martinho. **Martinho Lutero: Escritos seletos**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes Ltda, 2019.
- LUTERO, Martinho. **Martinho Lutero: Uma Coletânea de Escritos**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- LUTERO, M., CALVINO, J. **Sobre a Autoridade Secular**. São Paulo: Editora Martins fontes, 2005.
- MACCULLOCH, Diarmaid. **The Reformation**, Pinguins books, 2003.
- MACCULLOCH, Diarmaid. **All things made new: The Reformation and its legacy**, Pinguins books, 2016.
- MCGRATH, Alister, E., **O pensamento da Reforma**. São Paulo: Cultura cristã, 2014.
- MOELLER, B.; WOLF, H.; KOTTJE, R.; KAUFMANN, T. **História Ecumênica da Igreja: Da alta idade Média até o início da Idade Moderna**. São Leopoldo/RS: Editora Sinodal/Loyola, 2017.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. RJ: Elsevier. 2005.
- ONUF, N. **World of our making: rules and rule in social theory and International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- RUGGIE, J. G. **“What makes the world hands together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenger”**. Vol 52, N. 4, *International Organization at Fifty: Exploration and contestation in the study of world politics*. (1998).
- SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SIMMS, Brendan. **Europa: A luta pela supremacia de 1453 aos nossos dias**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2013.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**, Companhia

das letras, 1996.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**. New York, Columbia University Press, 1992.

VOLPICELI, Waldon, A. **Católicos x Protestantes: A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)**. Rio Grande do Sul: Editora Simplíssimo.

WENDT, Alexander. **Anarchy Is What States Make Of It: The Social Construction Of Power Politics**. Cambridge: University Press, 1992.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: University Press, 1999.

ATA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TCC

Aluno

Título

Orientador

Banca Examinadora

Orientador

1º examinador

2º examinador

Decisão/Nota

Recife, _____

Orientador _____

1º Examinador _____

2º Examinador _____